



2023

# **RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS**

1 de junho de 2023 a 31 de dezembro de 2023





**CCDR**  
ALENTEJO, I.P.

2023

# **RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS**

1 de junho de 2023 a 31 de dezembro de 2023

# Índice

Índice de tabelas.....	6
Índice de figuras.....	7
Sumário Executivo .....	8
2. A CCDR Alentejo, I.P.....	9
2.1 Enquadramento e atribuições.....	9
2.2 Missão, Visão e Valores .....	10
2.3 Estrutura organizativa .....	10
2.4 Atribuições e competências.....	12
2.5 Recursos humanos .....	12
3. Atividade Desenvolvida.....	14
3.1 Serviços.....	14
3.1.1 Ambiente, do ordenamento do território e da fiscalização .....	14
3.1.2 Desenvolvimento regional e cooperação.....	16
3.1.3 Programa Operacional Regional - ALENTEJO 2020 e Programa Regional - Alentejo 2030.....	17
3.1.4 Apoio jurídico e às autarquias locais.....	18
3.1.5 Centro Qualifica AP da CCDR Alentejo.....	18
3.1.6 Funcionamento interno da organização e serviços de suporte.....	19
3.2 Iniciativas / Eventos .....	21
4. Demonstrações Financeiras.....	34
4.1 Balanço .....	34
4.3 Demonstração de Resultados por Natureza .....	35
4.4 Demonstração das alterações no Património Líquido.....	36
4.5 Demonstração de Fluxos de Caixa .....	37
4.6 Anexo às Demonstrações Financeiras.....	38
4.6.1 Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico (NCP 1) – Nota 1.....	38
4.6.2 Principais Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros (NCP 2) .....	42
4.6.3 Valores de caixa e depósitos bancários – Nota 1.3.....	49
4.6.4 Ativos intangíveis (NCP 3) – Nota 3.....	51
4.6.5 Ativos fixos tangíveis (NCP 5) – Nota 5.....	53
4.6.6 Locações (NCP 6) – Nota 6.....	55

4.6.7	Imparidades de ativos (NCP 9) – Nota 9.....	56
4.6.8	Rendimentos de transações com contraprestação (NCP 13) – Nota 13.....	56
4.6.9	Rendimentos de transações sem contraprestação (NCP 14) – Nota 14.....	57
4.6.10	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (NCP 15) – Nota 15	58
4.6.11	Acontecimentos após data de relato (Nota 17) – Nota 17.....	59
4.6.12	Instrumentos financeiros (NCP 18) – Nota 18.....	60
4.6.13	Benefícios dos empregados (NCP 19) .....	64
4.6.14	Outras Divulgações – Nota 30.....	64
5.	Demonstrações Orçamentais.....	67
5.1	Demonstrações de Relato Individual .....	67
5.1.1	Demonstração de desempenho orçamental.....	68
5.1.2	Demonstração de execução orçamental da receita .....	69
5.1.3	Demonstração de execução orçamental da despesa .....	70
5.1.4	Demonstração de execução do plano plurianual de investimentos.....	71
5.2	Anexo às demonstrações orçamentais.....	71
5.2.1	Alterações orçamentais da receita.....	71
5.2.2	Alterações orçamentais da despesa.....	72
5.2.3	Alterações ao plano plurianual de investimentos.....	72
5.2.4	Transferências da receita.....	73
5.2.5	Transferência da despesa.....	75
5.2.6	Operações de tesouraria.....	75
5.2.7	Contratação administrativa – Situação dos Contratos .....	76
5.2.8	Contratação administrativa – Forma de adjudicação .....	77
6.	Contabilidade de Gestão .....	78
6.1	Introdução .....	78
6.2	Balancete por Tipo de Centro de Custo.....	78
8.	LCPA – Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso .....	81
9.	Factos ocorridos após o termo do exercício .....	81
11.	Proposta de Aplicação de Resultados.....	82

## Índice de tabelas

Tabela 1 - Estatística de Recursos Humanos	14
Tabela 2 - Listagem de Concelhos por Sub-região	39
Tabela 3 - Composição do Conselho Diretivo	40
Tabela 4 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários	49
Tabela 5 - Desagregação dos valores inscritos em Outros Instrumentos Financeiros	49
Tabela 6 - Síntese da reconciliação bancária	49
Tabela 7 - Execução orçamental e de operações de tesouraria	50
Tabela 8 - Detalhe das Operações de Tesouraria	50
Tabela 9 - Mapa de Fluxos de Caixa	51
Tabela 10 - Taxa de Amortização	52
Tabela 11 - Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas	52
Tabela 12 - Quantia escriturada e variações no período	52
Tabela 13 - Ativos fixos tangíveis totalmente amortizados	53
Tabela 14 - Taxas de depreciação utilizadas nos ativos fixos tangíveis	54
Tabela 15 - Variação das depreciações nos ativos fixos tangíveis	54
Tabela 16 - 4.5.4 Ativos fixos tangíveis – quantia escriturada e variações do período	54
Tabela 17 - Equipamento Básico - Conta 433 - Novas aquisições	55
Tabela 18 - Equipamento Administrativo - Conta 435 - Novas aquisições	55
Tabela 19 - Ativos fixos tangíveis totalmente depreciados e em uso	55
Tabela 20 - Contratos de Locação Operacional	56
Tabela 21 - Imparidades de ativos – geradores de caixa	56
Tabela 22 - Quantia de cada categoria de rendimentos – com contraprestação	57
Tabela 23 - Quantia de cada categoria de rendimentos – sem contraprestação	57
Tabela 24 - Passivos contingentes	59
Tabela 25 - Ativos Financeiros	60
Tabela 26 - Meios Financeiros Líquidos	60
Tabela 27 - Devedores e Clientes	60
Tabela 28 - Discriminação dos Devedores	61
Tabela 29 - Outras contas a receber	61
Tabela 30 - Participações Financeiras	61
Tabela 31 - Passivos Financeiros	62
Tabela 32 - Variações do património líquido	64
Tabela 33 - Contabilidade de Gestão - Estrutura Orgânica	79
Tabela 34 - Contabilidade de Gestão - Projetos	79
Tabela 35 - Contabilidade de Gestão - Beneficiário Intermediário	79
Tabela 36 - Contabilidade de Gestão - Outros	80
Tabela 37 - Contabilidade de Gestão - Resumo	80

# Índice de figuras

<i>Figura 1 - Organograma - Estrutura Organizacional</i>	11
<i>Figura 2 - Organograma - Estrutura Funcional</i>	11
<i>Figura 3 - Recursos Humanos - Categoria</i>	13
<i>Figura 4 - Recursos Humanos - distribuição por género</i>	13
<i>Figura 5 - Balanço</i>	34
<i>Figura 6 - Demonstração de Resultados por Natureza</i>	35
<i>Figura 7 - Demonstração das alterações no Património Líquido</i>	36
<i>Figura 8 - Demonstração de Fluxos de Caixa</i>	37

## Sumário Executivo

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, I.P. tem o início da sua atividade em 1 de junho de 2023, decorrente da publicação do Decreto-lei n.º 36/2023, de 26 de maio.

A publicação do referido Decreto-Lei, que altera a lei orgânica das CCDR, veio alterar também o regime de enquadramento jurídico da entidade, ou seja, converte-a em instituto público de regime especial e âmbito regional, integrados na administração indireta do Estado, com personalidade jurídica própria, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, o que provoca uma alteração significativa, em vários aspetos, inclusive ao nível da prestação de contas, pois a nova entidade é o início de uma nova gerência.

Este diploma procedeu ainda ao alargamento do vasto leque de atribuições das CCDR, que para além dos domínios do ambiente, do ordenamento do território, do desenvolvimento regional e da administração local e no domínio dos incentivos à comunicação social, passaram ainda a integrar outras competências setoriais nos domínios das cidades, da economia, da cultura, da educação, da saúde, do ordenamento do território, da conservação da natureza, e da agricultura e pescas.

Assim, o presente Relatório de Gestão, que engloba todas as obrigações de prestação de contas, é constituído por 7 capítulos: (i) A CCDR Alentejo, I.P., onde é enquadrada a entidade, evidenciada a sua missão, as suas atribuições e competências, assim como um pequeno resumo dos recursos humanos afetos à organização, pois corresponde ao maior ativo; (ii) A atividade desenvolvida, a qual se reparte, em termos descritivos, pela atividade das estruturas orgânicas da instituição, assim como pelas iniciativas e/ou eventos que decorreram no período do presente relatório; (iii) As demonstrações financeiras legalmente obrigatórias; (iv) As demonstrações orçamentais; (v) Contabilidade de Gestão; (vi) LCPA – Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso; (vii) Factos ocorridos após o termo do exercício; (viii) Proposta de aplicação de resultados.

Assim, e como documento único, pretende relatar as atividades desenvolvidas e, maioritariamente, o desempenho orçamental e financeiro da instituição no período de relato, ou seja, de 1 de junho de 2023 a 31 de dezembro de 2023.

## 2. A CCDR Alentejo, I.P.

### 2.1 Enquadramento e atribuições

O Programa do XXIII Governo Constitucional, no seu ponto I.III.5, «Aprofundar a descentralização: mais democracia e melhor serviço público», consagra que depois de ter sido levado a cabo o maior processo de descentralização de competências das últimas décadas para as autarquias locais e de ter sido concretizada a democratização das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), é essencial aprofundar o processo de reforma do Estado, através da reforma da administração desconcentrada ao nível regional para garantir maior coesão e desenvolvimento regional.

Nesse contexto, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 123/2022, de 14 de dezembro, veio determinar a integração de alguns dos serviços periféricos da administração direta e indireta do Estado nas CCDR, concretizada através de uma alteração à sua orgânica, que assegure a integração dos referidos serviços, com uma redefinição estratégica no que diz respeito à missão e atribuições das CCDR, às competências dos seus órgãos, às formas de funcionamento e articulação com as demais entidades.

Através deste processo e da publicação do Decreto-lei n.º 36/2023, de 26 de maio, as atuais CCDR passam a constituir-se como institutos públicos, integrando as diversas políticas públicas que prosseguem estratégias de promoção do desenvolvimento integrado do território.

Deste modo, cumpre-se um dos objetivos já há muito pugnado, no sentido das CCDR se constituírem como os serviços que coordenam as respostas de âmbito regional do Estado, desempenhando um papel privilegiado na construção de regiões mais desenvolvidas e sustentáveis.

Para a concretização deste desiderato foi publicado o já mencionado Decreto-lei n.º 36/2023, de 26 de maio, o qual procede à alteração da orgânica das CCDR, adaptando o seu regime jurídico a esta nova realidade, prevendo, todavia, que a conclusão dos processos de integração e de reestruturação dos serviços periféricos da administração direta e indireta do Estado se materializem de uma forma progressiva e em momentos temporais distintos, de modo a que se efetue todas as operações e decisões necessárias a uma reorganização eficaz, tendo em consideração, por um lado, a necessidade de adaptação dos serviços e dos respetivos trabalhadores, e, por outro lado, a salvaguarda da prossecução das suas atividades, garantindo a continuidade de uma resposta adequada aos cidadãos.

Esta reforma da administração periférica do Estado assenta, assim, nos seguintes princípios orientadores:

- Subsidiariedade e governação: decisões mais próximas dos cidadãos, das empresas e das instituições que os representam, determinando uma organização

do Estado e da administração regional com diferentes escalas territoriais e respetivas circunscrições;

- Intersectorialidade e políticas regionais: respostas a problemas e potencialidade de desenvolvimento que não resultem na simples soma de políticas públicas de âmbito sectorial, constituindo o território a matriz para a sua integração, para o estabelecimento das necessárias complementaridades, para a política de desenvolvimento regional.

Com esta reforma do Estado, os serviços desconcentrados passam a trabalhar em conjunto e de forma articulada, sob orientação da respetiva CCDR, dotando-as de maior autonomia, e aumentando a eficácia e a eficiência na implementação de políticas de âmbito transversal nos seus territórios, indispensáveis ao desenvolvimento regional, garantindo a permanência e a manutenção dos serviços integrados, e salvaguardando os direitos e as garantias dos trabalhadores.

A articulação entre as medidas de política pública nacional, os objetivos, as metas e as prioridades a alcançar nas estratégias e nos programas com incidência no desenvolvimento regional e a sua operacionalização e concretização a nível regional é assegurada por via de contrato-programa, que define as estratégias e os programas com incidência no desenvolvimento regional, a aprovar pelo Conselho de Concertação Territorial, instituído pelo Decreto-Lei n.º 35/2023.

## 2.2 Missão, Visão e Valores

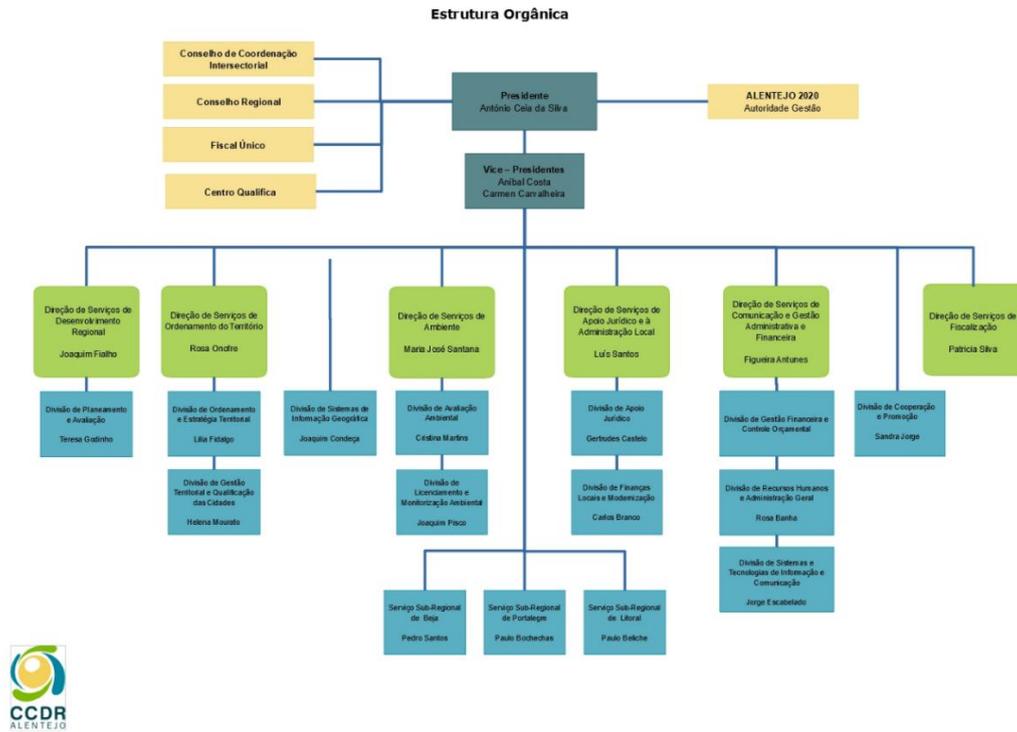
A missão da CCDR Alentejo, I.P., no período referente ao presente relatório, consiste em:

**Formular, conduzir, executar e avaliar as políticas de coesão territorial, de administração local, do ordenamento do território, de cidades, de cooperação territorial europeia, de desenvolvimento regional e de valorização do interior, tendo em vista a redução das desigualdades territoriais e o desenvolvimento equilibrado do território, atendendo às especificidades das áreas do País com baixa densidade populacional e aos territórios transfronteiriços.**

## 2.3 Estrutura organizativa

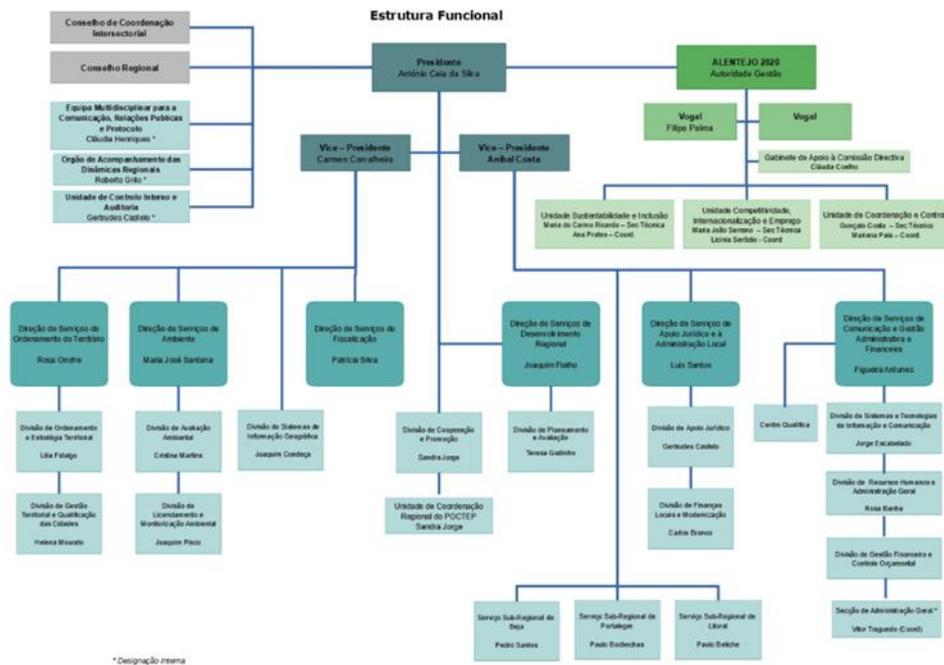
A estrutura organizacional da CCDR Alentejo, I.P. é representada pelo organograma seguinte:

Figura 1 - Organograma - Estrutura Organizacional



A estrutura funcional, encontrava-se vertida no organograma que se segue:

Figura 2 - Organograma - Estrutura Funcional



## 2.4 Atribuições e competências

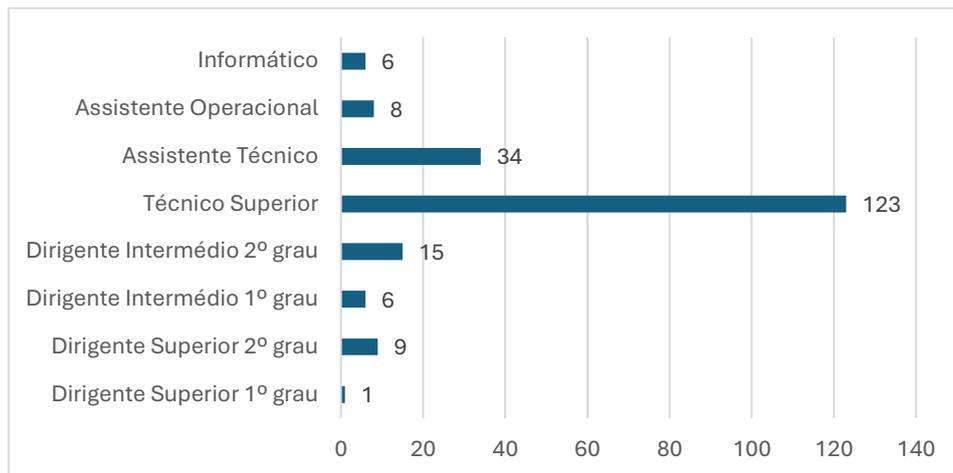
Nos termos da orgânica das comissões de coordenação e desenvolvimento regional constante do Decreto-Lei n.º 228/2012, de 25 de outubro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs. 68/2014, de 8 de maio, 24/2015, de 6 de fevereiro, e 27/2020, de 17 de junho, as atribuições da CCDR Alentejo, I.P. são, à data de 31 de dezembro de 2023:

- Contribuir para a definição da política de desenvolvimento regional no quadro da política de desenvolvimento económico e social do País, dinamizando e participando nos processos de planeamento estratégico de base territorial, bem como fomentar parcerias entre agentes regionais, desenvolver estudos de articulação de políticas setoriais no espaço regional e elaborar programas integrados visando a coesão e a competitividade territoriais;
- Assegurar a articulação entre instituições da administração direta do Estado, autarquias locais e entidades equiparadas, e dinamizar a cooperação inter-regional transfronteiriça, contribuindo para a integração europeia do espaço regional e para o reforço da sua competitividade, com base em estratégias de desenvolvimento sustentável de níveis regional e local;
- Promover e garantir uma adequada articulação intersetorial entre os serviços desconcentrados de âmbito regional, em termos de concertação estratégica e de planeamento das intervenções de natureza ambiental, económica e social numa ótica de desenvolvimento Regional;
- Apoiar tecnicamente as autarquias locais e as suas associações;
- Executar, avaliar e fiscalizar, ao nível regional, as políticas de ambiente e de ordenamento do território;
- Garantir a elaboração, acompanhamento e avaliação dos instrumentos de gestão territorial, assegurando a sua articulação com os instrumentos de gestão territorial de âmbito nacional e regional;
- Assegurar o cumprimento das responsabilidades de gestão que lhes sejam confiadas no âmbito da política de coesão da União Europeia em Portugal;
- Dinamizar e promover, na respetiva região, as necessárias políticas públicas com o objetivo de contribuir para a sua competitividade económica e social e para a sustentabilidade;
- Executar as medidas respeitantes à aplicação dos regimes de incentivos do Estado à comunicação social, bem como assegurar a fiscalização do respetivo cumprimento, nos termos da lei.

## 2.5 Recursos humanos

A estrutura orgânica da CCDR Alentejo, I.P. contava, em 31 de dezembro de 2023, com 202 efetivos, dos quais 148 exerciam funções na CCDR Alentejo, I.P. e 54 no Programa Regional Alentejo 2030, distribuídos da seguinte forma:

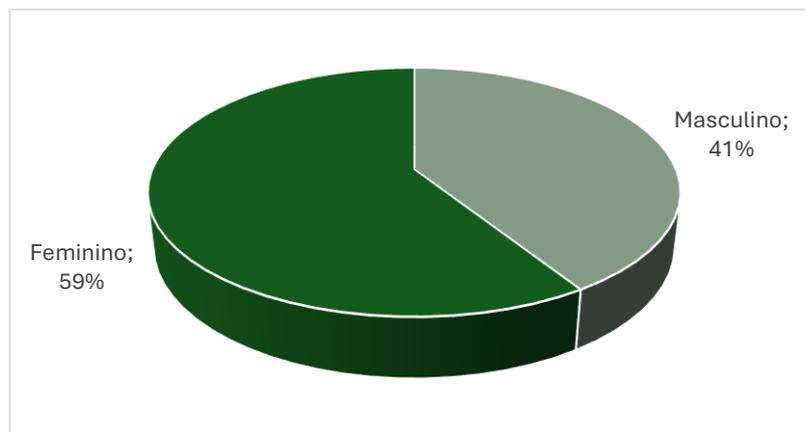
Figura 3 - Recursos Humanos - Categoria



Salienta-se a predominância dos trabalhadores integrados na carreira de Técnico Superior, que representavam mais de 60% dos efetivos globais da CCDR Alentejo, I.P. em 31/12/2023, o que permite identificar um índice de tecnicidade de 77%, resultante da agregação dos efetivos integrados nesta carreira, com todos os dirigentes e outro pessoal com habilitações académicas de nível superior.

Na análise dos seus 202 efetivos, segundo o género, regista-se, em termos globais, uma distribuição de 82 efetivos do sexo masculino e 120 do sexo feminino, o que se traduz numa proporcionalidade muito próxima de 40%-60%, com predomínio dos efetivos do género feminino, conforme gráficos infra:

Figura 4 - Recursos Humanos - distribuição por género



Ao nível das habilitações académicas, a CCDRA evidencia em termos globais um elevado nível habilitacional, dado que cerca de 74% dos seus efetivos são detentores de formação de nível superior (licenciatura, mestrado e doutoramento).

Na análise à estrutura etária, 70% dos efetivos completaram em, 2023, 50 ou mais anos de idade, evidenciando uma estrutura de recursos humanos fortemente envelhecida.

Quando desagregada a informação relativa ao Programa Regional Alentejo 2030, esta tendência é ainda mais evidente na estrutura de recursos humanos da CCDR Alentejo,

I.P., que apresenta uma idade média dos seus efetivos de 54 anos, sendo a estrutura do Alentejo 2030, ligeiramente mais rejuvenescida, com uma média de 52 anos.

Em termos estatísticos, apresenta-se:

*Tabela 1 - Estatística de Recursos Humanos*

<b>Recursos Humanos</b>	<b>31/12/2023</b>
Número de trabalhadores no final do período	202
Idade média dos trabalhadores	54
Antiguidade média dos trabalhadores	24
Horas de formação totais	3065
Média de horas de formação por trabalhador	15
Gastos com o pessoal	5 521 471,76
Gastos médios por trabalhador	27 334,02
Taxa geral de absentismo	3,30%
Total de acidentes de trabalho	0
Média de acidentes de trabalho por trabalhador	0,00

## **3. Atividade Desenvolvida**

### **3.1 Serviços**

A CCDR Alentejo, I.P. desenvolveu durante o ano de 2023 as atividades previstas no Plano de Atividades e no QUAR, aprovados por despacho de 22/11/2023 da Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado do Desenvolvimento Regional.

A vasta amplitude de competências e atribuições requer um elevado esforço de coordenação e articulação de recursos nas diversas unidades orgânicas, pelo que para além da avaliação do seu desempenho em termos dos resultados quantitativos obtidos nos múltiplos indicadores selecionados, importa igualmente efetuar uma apreciação qualitativa da atividade desenvolvida.

Neste contexto, salientam-se os seguintes aspetos:

#### **3.1.1 Ambiente, do ordenamento do território e da fiscalização**

Neste domínio destaca-se a conclusão dos trabalhos de elaboração da Estratégia Regional de Adaptação às Alterações Climáticas do Alentejo, de que resultou uma parceria colaborativa com diferentes stakeholders regionais e nacionais, onde se destacam as Comunidades Intermunicipais e a Agência Portuguesa de Ambiente, I.P. Com este trabalho, a CCDR Alentejo, I.P. é a única do país com uma estratégia com a identificação de 50 medidas de adaptação e mitigação. Com o trabalho desenvolvido também foi possível criar um guia metodológico para a avaliação da integração de medidas de adaptação/mitigação nos EIA e AAE, disponibilizado na página web da CCDRA, I.P.

No âmbito do ordenamento do território, registou-se um aumento significativo do volume de trabalho, tendo sido emitidos, nos prazos estipulados por lei, pareceres sobre os mais diversos regimes jurídicos, designadamente REN, AIA, AAE, PGF e SIRJUE. Foram acompanhados algumas dezenas de instrumentos de gestão territorial (PDM, PU, PP), não tendo, ainda, sido possível cumprir com a integração da Lei de Bases do Solo em todos os PDM, apesar de todas as ações de sensibilização realizadas junto das câmaras municipais, donas destes processos.

Face à relevância e abrangência destes processos na CCDR Alentejo, I.P., a DSOT procurou reforçar os mecanismos de articulação, harmonização e aplicação/interpretação da legislação no que se refere ao RJGT e ao RJREN, promovendo sessões de trabalho, envolvendo técnicos das diversas unidades orgânicas que intervêm nos processos (DSAJAL, DSA, Sub regionais) e técnicos e especialistas de outras entidades externas.

Evidencia-se ainda o trabalho desenvolvido, relacionado com o Fórum para a Economia Circular do Alentejo (FECA), em especial nas candidaturas e implementação de projetos regionais visando a promoção da região Alentejo para uma economia cada vez mais circular. Por fim, uma palavra para todas as ações (outras DSOT, especialistas) No âmbito da fiscalização, foram desenvolvidas todas as atividades previstas no Plano de Atividades para 2023. Destacam-se as ações de fiscalização no âmbito da execução do PNFA2023, de fiscalização sucessiva em REN e Rede Natura 2000, Denúncias, Ocorrências e solicitações de serviços internos da CCDR Alentejo, I.P., entre os quais a DSAJAL.

Destacam-se também as ações realizadas em conjunto com diversas entidades públicas, designadamente GNR, PSP, DGEG, Autarquias Locais, ICNF, APA, entre outras.

Relativamente aos projetos nacionais e internacionais, destacam-se as seguintes participações em projetos internacionais:

- Rede IMPEL - "NPRI - National Peer Review Initiative" com vista à adoção de procedimentos para a melhoria e qualidade na execução das ações de fiscalização, harmonização de procedimentos, à resposta célere às competências legalmente atribuídas. No âmbito desta rede, salienta-se a utilização da ferramenta NIRAM (Método de Análise de Risco para a Conservação da Natureza) de análise de risco para fiscalizações na área da Rede Natura 2000.
- Projeto EMERITUS, para a acesso e utilização de uma ferramenta de deteção remota de deposição ilegal de resíduos.
- Continuação da participação no projeto AURORAL.
- Projeto "H2tALENT" que estabelece que o hidrogénio é uma peça-chave para qualquer estratégia de descarbonização, especialmente para aplicações industriais e de mobilidade intensivas em energia.
- Projeto "Bairros Saudáveis", cujo principal objetivo é dinamizar as comunidades territoriais a partir de intervenções locais de promoção de saúde e de qualidade de vida.

Trabalhou-se na uniformização dos critérios e procedimentos administrativos, atingindo-se maior rigor na recolha e tratamento da informação e a sua permanente atualização e disponibilização.

A aposta na inovação digital tecnológica foi também marcante no desenrolar dos trabalhos realizados nos Serviços, assim como a aposta na formação profissional dos técnicos, destacando-se a formação específica em abordagem, apresentação e diálogo em ações de fiscalização.

### **3.1.2 Desenvolvimento regional e cooperação**

Durante o ano de 2023, e dando cumprimento ao desígnio nacional de execução do PRR, assumiu particular destaque o acompanhamento de projetos financiados por este programa, na qualidade de Beneficiário Intermediário, na sequência da contratualização entre a CCDR Alentejo, I.P. e a Estrutura de Missão Recuperar Portugal.

Neste domínio, caracterizado por uma grande amplitude de projetos e atividades, salientaram-se em 2023, as seguintes atividades:

- Análise e elaboração de pareceres sobre estudos, planos e programas e projetos, quanto à sua coerência com as opções estratégicas nacionais e de desenvolvimento do Alentejo.
- Apreciação das candidaturas aos Sistemas de Incentivos no âmbito do Portugal 2020.
- Análise da evolução de indicadores regionais, preparação e divulgação de informação sobre o desenvolvimento do Alentejo e elaboração de documentos de análise regional.
- Acompanhamento e coordenação de projetos de parceria, tendo sido preparado o encerramento de dois projetos com financiamento Alentejo2020, relativos a duas Redes colaborativas que se destacaram em termos de complexidade devido ao número de parceiros envolvidos.
- Acompanhamento de projetos que visam a fixação de pessoas e de investimento no Alentejo, nomeadamente nos territórios de baixa densidade demográfica.
- Participação na preparação do ciclo de programação 2021-2027.
- Apresentação e aprovação do projeto REDE PAE TRANSFRONTEIRIÇA.
- Representação/participação técnica em órgãos nacionais, regionais e locais.
- Acompanhamento da evolução dos espaços Coworking e da plataforma T-invest (projetos de âmbito nacional).

No contexto da cooperação territorial europeia, foram desenvolvidas ações de dinamização, contribuindo para a integração europeia do espaço regional e para o reforço da sua competitividade, com base em estratégias de desenvolvimento sustentável de níveis regional e local tendo desempenhado também as tarefas inerentes às funções de Coordenação Regional do Alentejo definidas nos Programas INTERREG de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal (POCTEP) 2014-2020 e 2021-2027, garantindo uma adequada execução dos objetivos estratégicos globais do programa,

designadamente pelo exercício da análise e aplicação dos critérios de seleção estratégicos às operações propostas em sede de candidaturas da 4ª convocatória, do acompanhamento e do suporte e aconselhamento aos promotores na execução dos projetos e a realização das missões de controle e auditoria de primeiro nível da execução financeira das operações e, no plano da gestão do Programa, o apoio às respetivas estruturas de gestão e acompanhamento, pela participação nos comités de gestão e acompanhamento.

A atividade da unidade de coordenação regional do Alentejo centrou-se nas tarefas inerentes às funções de Coordenação Regional do Alentejo definidas no Programa INTERREG V-A de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal (POCTEP) 2014-2020, garantindo uma adequada execução dos objetivos estratégicos globais do programa, designadamente o acompanhamento, suporte e aconselhamento aos promotores na execução dos projetos e a realização das missões de controle e auditoria de primeiro nível da execução financeira das operações e, no plano da gestão do Programa, o apoio às respetivas estruturas de gestão e acompanhamento, pela participação nos comités de gestão e acompanhamento.

A unidade de coordenação acompanhou igualmente, enquanto órgão regional do novo Programa POCTEP, a sua aprovação e implementação, preparando em conjunto com a Autoridade de Gestão e Secretariado Conjunto, a apresentação do Programa e as convocatórias lançadas em 2023 e preparação das convocatórias a lançar em 2024.

Ainda no contexto do desenvolvimento regional, relevam as atividades desenvolvidas pelo Órgão de Acompanhamento das Dinâmicas Regionais do Alentejo, nomeadamente a produção de documentos temáticos publicados na Revista "Alentejo Hoje"; a realização do Relatório anual de Aplicação de Fundos Europeus na região; e diversos documentos de trabalho com reflexões sobre temáticas relacionadas com o desenvolvimento regional.

O OADR acompanhou ainda, junto da empresa consultora Quaternaire, a Avaliação Ex-ante do Programa Regional ALENTEJO 2030 e o Relatório de Avaliação Intercalar do ALENTEJO 2020, e acompanhou e dinamizou as reuniões do Conselho Regional de Inovação e participou, sempre que solicitado, nos processos de planeamento estratégico (PA 2030; EREI 2030).

### **3.1.3 Programa Operacional Regional - ALENTEJO 2020 e Programa Regional - Alentejo 2030**

O ano de 2023 caracterizou-se pela transição do Programa Operacional ALENTEJO 2020 para o Programa Regional ALENTEJO 2030, com todas as tarefas e responsabilidades daí inerentes, sendo este um ano bastante exigente para a Autoridade de Gestão destes programas.

O objetivo de acelerar a execução do ALT2020, com vista a garantir a plena absorção dos fundos consignados à Região, no que concerne a esse Programa, orientou grande parte

do esforço e recursos das equipas, assim como o ajustamento entre os valores da programação e do compromisso. A reprogramação deste programa, atualmente em fase de aprovação pela Comissão Europeia, foi um processo também muito exigente, mas essencial para assegurar o seu regular encerramento.

Já no que se refere ao Programa Regional ALENTEJO 2030, foram aprovados vários critérios de seleção e lançados os primeiros avisos da ALT2030, garantindo assim o arranque deste novo Programa Regional. Relativamente aos resultados assume particular destaque a taxa de execução de 95,8%, a de pagamentos de 93,4%.

### **3.1.4 Apoio jurídico e às autarquias locais**

2023 foi um ano preparatório da transição entre leis orgânicas da CCDR Alentejo, I.P., circunstância que impactou as atividades planificadas no âmbito jurídico.

Na vertente da prestação de serviços dirigida à administração local, merecem destaque por um lado a superação da meta da emissão de pareceres escritos às autarquias locais e, por outro lado, a performance relacionada com a instrução e tramitação das candidaturas aos Programas "Cheias e Inundações" e "PAF - Despesas Covid-19", os quais exigiram esforços consideráveis à Divisão de Apoio Jurídico e à Divisão de Finanças Locais e Modernização, respetivamente.

### **3.1.5 Centro Qualifica AP da CCDR Alentejo**

O Centro Qualifica AP da CCDR Alentejo, consolidou o seu funcionamento em 2023, desenvolvendo a sua atividade em duas grandes vertentes: por um lado na aproximação ao seu público alvo, promovendo reuniões com entidades que tenham entre os seus efetivos trabalhadores que possam ser abrangidos pelo Centro Qualifica AP, e nessa sequência, dando origem à assinatura de Protocolos de Parceria com essas entidades e realizando sessões de informação e esclarecimento a trabalhadores da Administração Pública local e central; por outro lado no desenvolvimento dos processos de reconhecimento, validação e certificação de competências (RVCC) dos trabalhadores inscritos, acompanhando-os nesse processo e promovendo a formação necessária à conclusão com sucesso do processo de certificação.

A atividade do Centro Qualifica apostou fortemente na divulgação por múltiplos meios de comunicação, tendo desenvolvido conteúdos para divulgação nas páginas oficiais da CCDR e nos meios de comunicação regionais, feiras e outros eventos em que a CCDR, participa, de forma a chegar ao seu público-alvo. Como principais resultados no ano de 2023, evidenciam-se: 143 encaminhamentos de trabalhadores (48 para RVCC escolar e 95 para RVCC profissional) 76 certificações - 70 trabalhadores AP viram as suas qualificações profissionais aumentadas em Técnico/a Administrativo/a nível IV e 6 trabalhadores aumentaram as qualificações escolares (4 concluíram o 12.º ano e 2 concluíram o 9.º ano).

### 3.1.6 Funcionamento interno da organização e serviços de suporte

No âmbito das tecnologias e sistemas de informação relevam-se as tarefas diárias de gestão de toda a infraestrutura informática e de sistemas de informação da CCDR Alentejo, I.P., dada a sua importância no regular funcionamento dos serviços.

Foram desenvolvidos e implementados diversos projetos estruturais para a CCDR Alentejo, I.P., onde se destacam, ao nível dos sistemas da segurança e das comunicações, o reforço e a migração das comunicações para um novo operador, a instalação de novos equipamentos de segurança do perímetro de rede, a implementação de um "tenant" para suporte do Microsoft 365, a especificação de requisitos técnicos para a aquisição de equipamentos e serviços para implementação de solução que integra servidores, armazenamento, plataforma de virtualização, mecanismos de backup e restore e disaster recovery, bem como para a aquisição de serviços ao nível da cibersegurança. Ao nível aplicacional privilegiou-se o desenvolvimento de novas ferramentas para a gestão interna, nas áreas da informação para a gestão, mas também com aplicações de suporte a procedimentos internos.

Ao nível aplicacional privilegiou-se o desenvolvimento de novas ferramentas para a gestão interna, na área da decisão, do teletrabalho, dos planos e relatórios de atividades, da validação de faturas, da gestão de formação, da gestão de inquéritos, dos encargos gerais, das horas extraordinárias, entre outras, com impacto significativo na digitalização dos serviços.

Ainda no domínio do desenvolvimento aplicacional, as atividades prosseguidas nos mais diversos domínios da CCDR Alentejo, I.P., beneficiaram bastante da atividade prosseguida pela Divisão de Sistemas de Informação Geográfica, salientando-se os seguintes desenvolvimentos:

- Implementação de medidas de apoio às ações de fiscalização, com o desenvolvimento de um webservice entre a CCDR Alentejo, I.P e a IGAMOT para automatização da partilha da informação referente ao PNFA, e a garantia do apoio das funcionalidades do SIG na gestão da informação geográfica, quer no âmbito das atribuições correntes da CCDR Alentejo, I.P., quer em projetos por ela dinamizados.
- Estruturação da informação vetorial referente aos Instrumentos de Gestão do Território.
- Atualização e reforço da base de dados geográfica e alfanumérica, relativa à cooperação técnica e gestão contabilística/financeira das autarquias.
- Coordenação do projeto "Transporte a Pedido" (o qual teve o seu término a 30 de novembro de 2023).
- Participação na Plataforma de Apoio ao Investimento – T-Invest.
- Aplicação que permite a consulta dos estudos de Impacto Ambiental nos quais a CCDR está envolvida, quer através da sua distribuição espacial, quer através dos dados em formato tabular.

- Aplicação web para acompanhamento e gestão dos procedimentos de Pós-Avaliação de Impacte Ambiental.
- Aplicações relativas aos Indicadores de Desenvolvimento Regional e aos Investimentos do Plano de Recuperação e Resiliência para o Alentejo.
- Realização, em colaboração com as Comunidades Intermunicipais, de ações de formação no sentido de potenciar o recurso aos Sistemas de Informação Geográfica no cumprimento das atribuições autárquicas, através da realização de duas ações.

Relativamente à gestão financeira e patrimonial, para além do cumprimento de todas as atividades de gestão corrente da organização, em matéria orçamental, financeira e de aprovisionamento, foi também prosseguido o trajeto de modernização, aprofundando-se procedimentos e práticas no âmbito da desmaterialização e do acompanhamento sistemático da gestão orçamental global e por componentes.

Já no âmbito das atividades desenvolvidas ao nível da gestão dos recursos humanos, salientam-se os seguintes processos com resultados e impactos mais relevantes na organização:

- Implementação das atividades de saúde no trabalho, tendo sido realizadas as medidas de acompanhamento médico (exames de diagnóstico e consultas médicas) abrangendo os trabalhadores da organização com idade superior a 50 anos e aos admitidos no ano, e que contou com uma taxa de adesão de 93% dos trabalhadores.
- Implementação do plano de formação de 2023 que apostou fortemente, entre outras temáticas, no reforço das competências digitais e em matérias jurídicas relevantes para a atividade da CCDR Alentejo, I.P., o qual, complementado com as múltiplas participações em ações pontuais promovidas por entidades externas, permitiu assegurar 639 participações em ações de formação ou similares (tais como workshops, seminários, conferências), abrangendo cerca de 95% dos trabalhadores da CCDRA.
- No âmbito da gestão das carreiras dos trabalhadores relevam neste ano os processos de reposicionamento remuneratório de um número significativo de trabalhadores, em resultado da conclusão do processo de avaliação de desempenho do ciclo avaliativo 2021-2022, não só por força de alterações de posicionamento obrigatórias, que abrangeram 20% dos trabalhadores, como também por opção gestonária, neste caso sujeita ao limite de 5% do universo de trabalhadores, nos termos estabelecidos pelo Decreto-Lei de Execução Orçamental de 2023.
- Tendo em vista mitigar os principais constrangimentos sentidos ao nível dos recursos humanos, foram desenvolvidos 18 procedimentos de recrutamento (procedimentos concursais e recrutamentos por mobilidade), dos quais resultaram 13 novas admissões.

Por fim, tendo em consideração a relevância da comunicação institucional para o cumprimento da missão da CCDR Alentejo, I.P., nas suas múltiplas vertentes, foram

desenvolvidas várias ações comunicação nos mais diversos meios, com relevância para as publicidades institucionais e redes sociais e site, mostrando estes últimos uma grande dinâmica e aceitação do público em geral.

Relativamente aos eventos realizados, notou-se uma grande envolvimento desta CCDR, I.P. e das demais unidades orgânicas e do Programa Regional do Alentejo, pelo que os resultados positivos terão de ser sempre avaliados numa perspetiva conjunta e colaborativa.

### 3.2 Iniciativas / Eventos

No desenvolvimento da sua missão, considerando o âmbito das competências diretas da CCDR Alentejo, I.P., assim como as competências adicionais no âmbito da Assistência Técnica do Programa Regional do Alentejo 2030, diversas foram as atividades desenvolvidas, das quais se destacam, pela sua interação com a região, as abaixo indicadas.

Atividade	<b>5.ª Assembleia Participativa do Plano Nacional de Energia e Clima 2030</b>
Local	<b>CCDR Alentejo, I.P.</b>
Data	<b>2 de junho</b>
<p>Este evento estava inserido num Périplo de Assembleias Participativas presenciais que decorre ao longo do território nacional. Este périplo tinha um triplo propósito: (i) o envolvimento da sociedade civil no processo de atualização e revisão do PNEC2030; (ii) a sensibilização para os objetivos estratégicos do PNEC 2030; e (iii) a recolha de contributos que beneficiem a elaboração do projeto de atualização do PNEC2030.</p> <p>A Assembleia contou com a presença da Senhora Secretária de Estado da Energia e Clima, Ana Fontoura Gouveia e a participação da Vice-Presidente da CCDR Alentejo, Carmen Carvalheira</p>	
	

Atividade	<b>Sessão trabalho – ITI Água e Ecossistemas de Paisagem – Algarve e Alentejo</b>
Local	<b>Ourique</b>
Data	<b>2 de junho</b>

Atividade	<b>Aldeia da Inovação Social” no Alentejo</b>
Local	
Data	<b>20 e 21 de junho</b>

Evento DIÁLOGOS: “A Visão dos Municípios e das Regiões sobre a Inovação Social” no qual participou o Vogal Executivo do Alentejo 2030, Tiago Teotónio Pereira, juntamente com os Presidentes das Câmaras do Fundão, Paulo Fernandes, Valongo, José Manuel Ribeiro e Beja, Paulo Arsénio, respetivamente



Atividade	<b>Sistemas de Informação Geográfica (SIG) nas atribuições autárquicas</b>
Local	<b>Portalegre</b>
Data	<b>22 e 23 de junho</b>

4ª Edição de uma ação de formação dirigida a técnicos municipais promovida pela CCDR Alentejo, I.P., em colaboração com o IEFP, a ERSI Portugal e a CIMAA. Esta ação de formação enquadra-se num acordo de colaboração entre a CCDR Alentejo, I.P., representada pelo Chefe de Divisão de Sistemas de Informação Geográfica, o Engenheiro Joaquim Condeça, responsável pelo leccionamento das matérias.

**Os Sistemas de Informação Geográfica (SIG) Nas Atribuições Autárquicas**  
**4ª Edição de uma ação de formação dirigida a técnicos municipais**  
 A CCDR Alentejo, em colaboração com o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) e com a Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (CIMAA), vai promover uma ação de formação dirigida a técnicos municipais do Alentejo Central, sob o tema “Os Sistemas de Informação Geográfica (SIG) nas atribuições autárquicas”.  
 Com esta iniciativa, pretende-se reforçar o aproveitamento das capacidades e funcionalidades da tecnologia dos SIG como plataforma tecnológica que garanta a coerência e consistência da informação geográfica de suporte ao cumprimento das atribuições e competências das autarquias locais, designadamente em componentes da gestão municipal como o ordenamento do território, o licenciamento municipal, a monitorização ambiental, a atualização cartográfica, etc.  
 Nesse sentido, serão abordados temas como o processo de recolha e aquisição de dados georeferenciados, integrando-os a partir de aplicações comerciais e open source, o tratamento na perspetiva da sua incorporação nos procedimentos de gestão autárquica, a estruturação de um Sistema de Informação Geográfica municipal e a produção de cartas temáticas em ambiente e ordenamento do território.  
 A formação, que se realiza nas instalações do IEFP em Portalegre, terá a duração de 25 horas, e decorrerá, na sua quarta edição, durante o mês de junho.  
 NOTA: A Quinta edição será dirigida aos técnicos municipais do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral, em local e data ainda por definir.

**OS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA NAS ATRIBUIÇÕES AUTÁRQUICAS**  
**AULA 1 - INTRODUÇÃO AO ARCGIS PRO**  
**AULA 2 - FERRAMENTAS DE SELEÇÃO**  
**AULA 3 - CAIXA DE FERRAMENTAS**  
**AULA 4 - GEORREFERENCIAR E DIGITALIZAR IMAGENS**  
 JOAQUIM CONDEÇA

Atividade	<b>EUROACE reúne Aldeias BAUHAUS para o futuro</b>
Local	<b>Mérida</b>
Data	<b>20 de junho</b>

Em representação da CCDRA, I.P., a Vice-Presidente Carmen Carvalheira



Seminário Rede de Aldeias para o Futuro – Aldeias Bauhaus EUROACE Nova Bauhaus Europeia é uma iniciativa criativa e interdisciplinar que proporciona um espaço de encontro para conceber futuros modos de vida, situada na encruzilhada entre a arte, a cultura, a inclusão social, a ciência e a tecnologia, que visa aproximar o Pacto Ecológico dos sítios onde vivemos e mobilizar um esforço coletivo para imaginar e construir um futuro sustentável, inclusivo e belo para a nossa mente e para a nossa alma.

Atividade	<b>Reunião Interministerial para a Digitalização –CCDRA, I.P.</b>
Local	<b>CCDR Alentejo, I.P.</b>
Data	<b>21 de junho</b>
	

Atividade	<b>“Aldeia da Inovação Social”, no âmbito da iniciativa Governo + Próximo.</b>	
Local	<b>Aldeia da Luz</b>	
Data	<b>21 de junho</b>	
<p>Esta iniciativa contou com a presença do Sr. Presidente da CCDRA, I.P. e da Sra. Ministra da Coesão - Foram feitas várias visitas a projetos financiados pelo Alentejo 2020, no distrito de Évora.</p>		
		

Atividade	<b>Seminário “A Escassez Hídrica no Alentejo</b>
Local	
Data	<b>27 de junho</b>
<p>Seminário “A Escassez Hídrica no Alentejo”, iniciativa que visa promover a reflexão em torno de uma problemática essencial para aquela região e marca o encerramento do projeto Alentejo Clima em Escassez Hídrica, iniciativa cofinanciada pela União Europeia através do programa Alentejo 2020.</p>	

Atividade	<b>Bairros Saudáveis</b>
Local	<b>CCDR Alentejo, I.P.</b>
Data	<b>27 de junho</b>

A CCDR Alentejo, no dia 27 de junho recebe no seu auditório a 3ª sessão pública de apresentação de resultados nacionais do Programa Bairros Saudáveis, intitulada Bairros Saudáveis prestam contas.



**Bairros Saudáveis prestam contas** 27 JUNHO 2023

Auditório da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo

**14H30** Recepção aos participantes  
Café de boas-vindas

**15H00** Abertura da sessão  
Vídeo "O arranque do Programa"  
Breves testemunhos  
Equipa de Coordenação Regional do Alentejo  
Equipa de Coordenação Regional do Algarve  
Equipa de Coordenação Nacional  
Envidade Responsável pelo Programa

**15H30** Resultados nacionais e lições aprendidas  
Avaliação nacional do Programa à luz dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030  
João Guerra Plataforma ODSlocal  
Testemunho de 3 projetos do Alentejo e 3 projetos do Algarve  
Os Projetos têm a Palavra - Miscelânea de contributos  
Resultados nacionais  
Helena Roseta Coordenadora Nacional

**16H30** Conclusões e recomendações para o futuro  
Helena Roseta Coordenadora Nacional  
Hugo Pires Secretário de Estado do Ambiente

**16H55** Momento final surpresa - "Corricante"

Mais informação em [bairros Saudáveis.gov.pt](http://bairros Saudáveis.gov.pt)

SICREDES FUNDO AMBIENTAL EFOPCA PORTUGAL PRR

Atividade	<b>DECISO –WORKSHOP - Dra. Rosa Onofre</b>
Local	<b>CCDR Alentejo, I.P.</b>
Data	<b>28 de junho</b>

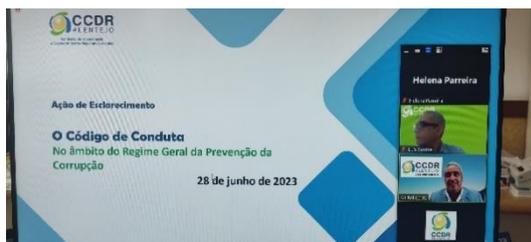


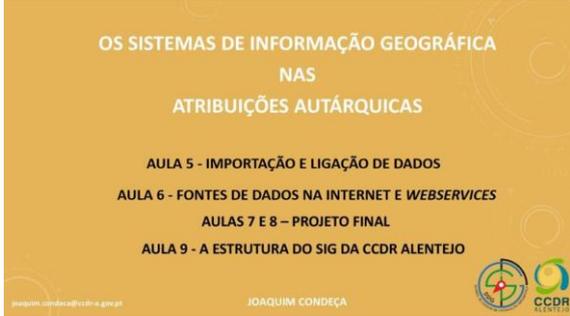
No âmbito da participação do Alentejo no Projeto DECISO, financiado pelo programa European Union's Horizon, realizou-se no passado dia 28 de junho, o primeiro Workshop, que contou com a presença de 21 participantes, entre os quais representantes de instituições de investimentos, ensino público, Turismo de Portugal, entre outros, relacionados com as Plantas Aromáticas e Medicinais.



Atividade	<b>ACÇÃO CÓDIGO CONDUTA –Via Zoom</b>
Local	<b>Online</b>
Data	<b>28 de junho</b>

Sessão de esclarecimento via Zoom com a abertura da sessão pelo Vice-Presidente Anibal Costa, e presidida pelo Dr. Luis Santos.



Atividade	<b>4ª edição da ação de formação “Os Sistemas de Informação Geográfica (SIG) nas atribuições autárquicas”</b>
Local	
Data	<b>29 e 30 de junho</b>
Foi concluída a quarta edição da ação de formação “Os Sistemas de Informação Geográfica (SIG) nas atribuições autárquicas”	
 	

Atividade	<b>Feira de São João - Évora</b>
Data	<b>23 de junho a 2 de julho</b>
STAND Institucional com merchandising promocional do Programa Regional Alentejo 2030, Centro Qualifica e do INTERREG	

Atividade	<b>Sessões de Divulgação - Apoio às Empresas – Inovação Produtiva</b>
Local	
Data	<b>12 a 14 de junho</b>
O Alentejo 2030 em colaboração com o Sinestecnopolo e os Núcleos Empresariais – NERSANT, NERPOR, NERE e NERBE promove diversas sessões de apresentação, divulgação e esclarecimento dos Avisos do Programa Regional, sobre os apoios às empresas.	
 	

Atividade	<b>Casa da Cultura de Marvão recebe exposição de fotografia do VI Prémio Internacional Santiago Castelo</b>
Local	<b>Marvão</b>
Data	<b>12 de julho</b>
A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDRA), inaugura, dia 12 de julho, a Exposição de Fotografia do VI Prémio Internacional “Santiago Castelo”, na Casa da Cultura de Marvão.	

A exposição, promovida pela Euroregião EUROACE (Alentejo, Centro de Portugal e Extremadura) e pelo Centro Unesco da Extremadura, conta com a colaboração da CM de Marvão, e é composta pelas 29 obras



finalistas do concurso de 2022, que apresentam diferentes abordagens e perspetivas do imenso e diverso património cultural e natural desta Euroregião transfronteiriça.

O Prémio Internacional de Fotografia Santiago Castelo, criado pelo Centro Unesco de Extremadura, desde 2019, que assume o território singular da Euroregião EUROACE como matriz e espaço de acolhimento da expressão criativa associada à fotografia.

Atividade	<b>Seminário PROVERE – IPPortalegre</b>
Local	<b>Portalegre</b>
Data	<b>18 de julho</b>

Encontro Final PROVERE – Resultados e Futuro que se realizou no Politécnico em Portalegre, António Ceia da Silva, Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, IP, que foi encerrado pela Secretária de Estado do Desenvolvimento Regional, Isabel Ferreira.

Através do Programa de Valorização Económica dos Recursos Endógenos (Provere), foi possível executar cerca de 96 240 000 de euros no Alentejo, com o investimento público a ser de 22 253 088 de euros tendo o investimento privado ascendido a 73 986 912 euros, tendo havido no Alentejo 5 projetos do Provere.



Atividade	<b>Protocolo Escola Coesão</b>
Local	<b>CCDR Alentejo, I.P.</b>
Data	<b>20 de julho</b>

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, I.P assume a liderança do projeto que tem como parceiros a Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo (ADRAL), responsável pelo Centro Europe Direct do Alentejo Central e Litoral, a Associação de Defesa do Património de Mértola (ADPM), responsável pelo Centro Europe Direct do Baixo Alentejo, o Centro de Competências de Planeamento, de Políticas e de Prospeção da Administração Pública, as Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo, Alentejo Litoral, Baixo Alentejo e ainda a Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares o Instituto de Emprego e Formação Profissional o Instituto Padre António Vieira os Instituto Politécnico de Beja de Portalegre e Instituto Politécnico de Portalegre (IPP), responsável pelo Centro Europe Direct do Alto Alentejo, bem como o Instituto Português do Desporto e Juventude, o Parque do Alentejo de Ciência e Tecnologia e a Universidade de Évora.



Atividade	<b>Recepção Generation Europe – The Academy – CCDRA, I.P. – Vice-Presidente Carmen Carvalho</b>
Local	<b>CCDR, I.P.</b>
Data	<b>28 de julho</b>

No dia 28 de julho foram recebidos, nas instalações da CCDR Alentejo, I.P, pela Vice-Presidente, Carmen Carvalho, mais de 40 jovens participantes no “Generation Europe – The Academy” vindos da Alemanha, Itália e Portugal, que durante 12 dias participaram numa série de atividades em Évora.

O Generation Europe – The Academy é um projeto da Associação Internacional de Educação e Intercâmbio (IBB e.V.), que tem como objetivo a promoção de uma cidadania europeia ativa. Opera através de uma rede internacional de jovens e fomenta uma ação política comum. Nela participam 42 organizações, que desenvolvem trabalho com jovens, oriundas de 14 países europeus, que dão origem a 14 parcerias trilaterais.



Atividade	<b>Reunião com Comitativa Indiana - Vice-Presidente Carmen Carvalho</b>
Local	<b>CCDR Alentejo, I.P.</b>
Data	<b>20 de julho</b>



No dia 20 de julho, a CCDR Alentejo, I.P., na pessoa do seu Presidente, António Ceia da Silva e da Vice-Presidente, Cármen Carvalho, recebeu a visita de um grupo de empresários, constituído por 20 membros de uma Delegação Indiana.

Estiveram presentes Soumodip Sarkar, Presidente Executivo do PACT, o Presidente da ADRAL, João Maria Grilo e Daniel Pereira Pontes, representante da Market Manager da aicep Portugal Global, enquanto entidade organizadora deste encontro. Na ordem do dia estiveram um conjunto de ideias e de interesses comuns com vista à promoção e dinamização do Alentejo, numa aposta em futuros projetos altamente especializados e casos de estudo de sucesso em IT.



Atividade	<b>Sessão de apresentação da ERAACA - Estratégia Regional de Adaptação às Alterações Climáticas do Alentejo</b>
Local	
Data	<b>21 de julho</b>
<p>Melhorar o conhecimento sobre as alterações climáticas no Alentejo; dotar o Alentejo de um diagnóstico detalhado de impactos climáticos em esferas chave dos ambientes naturais, sociais e económicos e articulado com as estratégias já existentes no território</p>	

Atividade	<b>Feira da Luz / Expomor 2023 – STAND CCDRA, I.P.</b>
Local	<b>Montemor-o-Novo</b>
Data	<b>30 de agosto a 4 de setembro</b>

Atividade	<b>Instalação do Observatório para a Transição Justa do Alentejo Litoral”</b>
Local	<b>Cineteatro Grandolense - Praça D. Jorge de Lencastre</b>
Data	
<p>O Fundo para a Transição Justa (FTJ) tem como finalidade, permitir às regiões e às pessoas abordar os impactos sociais, económicos e ambientais da transição para as metas energéticas.</p>	

Atividade	<b>CCDR Alentejo, I.P. participa na Conferência Internacional da CIOSTA</b>
Local	<b>Universidade de Évora</b>
Data	<b>11 a 13 de setembro</b>

O evento, repartido em sessões técnica e em sessões científicas, serviu como excelente polo para a apresentação dos principais temas mais atuais para o setor agroalimentar tais como, Agricultura de Precisão, Bem-Estar Animal e Zootecnia de Precisão, Condições de Trabalho dos trabalhadores agrícolas, Digitalização em Agricultura e Sustentabilidade e Economia Circular.



Atividade	<b>EREI 2030 assina protocolos das Plataformas de Inovação</b>
Local	
Data	<b>15 de setembro</b>

Reunião do Conselho Regional de Inovação do Alentejo, nas instalações do PACT, no dia 15 de setembro de 2023



Quatro os protocolos assinados, entre a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, I.P e o "PACT – Parque do Alentejo de Ciência e Tecnologia, S.A. "foi assinado protocolo de "Coordenação operacional da estratégia regional de especialização inteligente do Alentejo (EREI2030)", que tem como objetivo garantir a correta e adequada monitorização e avaliação dos impactos das plataformas regionais de inovação da EREI2030, e assim contribuir para uma melhor implementação da EREI no território

Atividade	<b>Fórum para a Inclusão nos Territórios</b>
Local	<b>CCDRA Alentejo, I.P.</b>
Data	<b>20 de setembro</b>

Promover uma maior articulação entre os vários instrumentos de política pública, visando práticas territoriais integradas.

Neste contexto, pretende-se partilhar oportunidades de articulação estratégica e de financiamento por parte dos principais Programas.

Perspetivar as políticas públicas de forma integrada, pare-nos essencial, para juntos, contribuímos para um território mais coeso.

Neste Fórum, o foco será a área social.



Atividade	<b>Alentejo recebe delegação da OECD</b>
Local	<b>Évora</b>
Data	<b>21 e 22 de setembro</b>



Está a decorrer na CCDR Alentejo I.P. o evento que dará início ao projeto “Enhacing EU Mining regional ecosystems to support green transition and secure mineral raw materials supply”, da responsabilidade da OECD em parceria com a DG Reform. Projeto com duração de dois anos. O “Enhacing EU Mining regional ecosystems to support green transition and secure mineral raw materials supply, tem por objetivo a realização de um estudo prospetivo que auxilie as regiões beneficiárias a incorporar nas suas políticas públicas um conjunto de princípios, sociais, económicos, de governança e ambientais necessárias para melhorar os ecossistemas mineiros visando a sustentabilidade ambiental, transição verde e digital, inovação, economia circular, consciencialização pública e governança na exploração das matérias-primas metálicas e não metálicas.



Atividade	<b>Seminário “Trabalho Colaborativo, Promotor de um Alentejo Mais Coeso”</b>
Local	<b>CCDR Alentejo, I.P.</b>
Data	<b>25 de setembro</b>

Rede para o acesso aos serviços de interesse geral Rede para a promoção da qualificação e do conhecimento. Melhorar as capacidades dos agentes regionais com atribuições e competências nos domínios da educação, da aprendizagem ao longo da vida, da formação, do emprego e das políticas sociais, inclusive através de pactos setoriais e territoriais de preparação de reformas a nível local, regional e nacional.



Colaborar faz toda a diferença», realizou-se nas instalações da CCDRA, IP, um dia de reflexão sobre dois projetos liderados pela CCDRA, IP, com o objetivo de reforçar e capacitar as redes regionais de parceiros nos domínios da Educação e das Políticas Sociais.

Atividade	<b>CCDR ALENTEJO participou no BAUHAUS4EU FORUM – Co-creating a European University Alliance em Weimar</b>
Local	<b>Alemanha</b>
Data	<b>26 a 28 de setembro</b>

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, IP, através da sua Divisão de Cooperação e Promoção, esteve presente no BAUHAUS4EU FORUM – Co-creating a European University Alliance, realizado em WEIMAR, na Alemanha de 26 a 28 de setembro.



Atividade	<b>'MaaS solutions for (very) low-density areas'</b>
Local	
Data	<b>17 e 18 de outubro</b>
 <p>A CCDR Alentejo, I.P. encontra-se a dinamizar um evento, em coordenação próxima com a secretariado do INTERREG Europe, com enfoque nas soluções sustentáveis de mobilidade e em particular "Mobility as a service". Nos dias 17 e 18 de outubro um workshop de Peer Review em que peritos selecionados para o efeito estarão a trabalhar com a região em possíveis soluções a propor.</p>	

Atividade	<b>No âmbito da Agenda Cultural Comum", da "Estratégia Comum de Desenvolvimento Transfronteiriço Espanha-Portugal - Visitas ao Património na Raia</b>
Local	
Data	<b>21 de outubro</b>
	

Atividade	<b>Fehispor 2023 - Vice-presidente Carmen Carvalheira</b>
Local	
Data	<b>2 a 5 de novembro</b>
	

Atividade	<b>Ação de formação dirigida a técnicos municipais do Baixo Alentejo, sob o tema “Os Sistemas de Informação Geográfica (SIG) nas atribuições autárquicas”.</b>
Local	
Data	<b>20, 22, 27 e 29 de novembro</b>
 <p><b>Os Sistemas de Informação Geográfica (SIG) Nas Atribuições Autárquicas</b> 5ª Edição de uma ação de formação dirigida a técnicos municipais</p> <p>A CCDR Alentejo, I.P., em colaboração com o IEPF - Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P. - Serviço de Formação Profissional de Beja e com a Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo (CIMBA), vai promover uma ação de formação dirigida a técnicos municipais do Baixo Alentejo, sob o tema “Os Sistemas de Informação Geográfica (SIG) nas atribuições autárquicas”.</p> <p>Com esta iniciativa, pretende-se reforçar o aproveitamento das capacidades e funcionalidades da tecnologia SIG como plataforma tecnológica que garante a eficiência e consistência da informação geográfica e suporta os compromissos das atribuições e fundamentação das decisões locais, de acordo com os componentes da gestão municipal como o ordenamento do território, o licenciamento municipal, a monitorização ambiental, a atualização cartográfica, etc.</p> <p>Nesse sentido, serão abordadas temas como o processo de recolha e atualização de dados georreferenciados, integrando-o à parte de atualização técnica; e, neste âmbito, o tratamento na perspetiva das metodologias e procedimentos de gestão e análise da informação de um Sistema de Informação Geográfica municipal e a produção de cartas temáticas em ambiente e ordenamento do território.</p> <p>A formação, que se realiza nas instalações do Serviço de Formação Profissional de Beja, terá a duração de 25 horas, e decorrerá, na sua quinta edição, nos dias 20, 22, 27 e 29 de novembro.</p> <p><b>NOTA:</b> A 5ª edição será dirigida aos técnicos municipais do Alentejo Interior, em local e data ainda por definir.</p>	

Atividade	<b>3.ª Reunião do Comité de Acompanhamento Programa Regional do Alentejo 2021   2027</b>
Local	<b>Sabóia - Odemira</b>
Data	
 <p>A fotografia mostra uma reunião em torno de uma mesa com vários participantes. À esquerda, um ecrã exibe o logótipo do Programa Regional do Alentejo 2021   2027 e o texto: "3.ª Reunião do Comité de Acompanhamento Programa Regional do Alentejo 2021   2027 novembro 2023   Sabóia - Odemira".</p>	

Atividade	<b>Mapa Nacional de Iniciativas de Capacitação Digital, organizada pelo INCoDe.2030 e que se realiza Universidade de Évora</b>
Local	<b>Universidade de Évora</b>
Data	<b>28 de novembro</b>
 <p><b>MAPA NACIONAL DE INICIATIVAS DE CAPACITAÇÃO DIGITAL</b> Sessão Regional de Apresentação dos Resultados do Projeto</p> <p>Universidade de Évora 28 de novembro de 2023 10h30 - 14h30</p> <p><b>ORADORES CONVIDADOS</b> O Futuro do Financiamento da Capacitação Digital em Portugal</p> <p>As expectativas e perspetivas de financiamento para a capacitação digital na região do Alentejo</p> <p><b>Carmen Carvalheira</b> Vice-Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo</p> <p><b>Tiago Teotónio Pereira</b> Vogal Executivo Alentejo 2030</p>	

Atividade	<b>XXII Feira Montado</b>
Local	<b>Portel</b>
Data	<b>29 de novembro a 3 de dezembro</b>

Atividade	<b>“Regulamento Geral de Proteção de Dados”</b>
Local	<b>CCDR Alentejo, I.P.</b>

Data	<b>11 de dezembro</b>
Ação de sensibilização e esclarecimento dirigida às Comunidades Intermunicipais e aos Municípios do Alentejo sobre o “Regulamento Geral de Proteção de Dados”	

Atividade	<b>Parcerias para a Coesão não Urbanas Alentejo</b>
Local	<b>CCDR Alentejo, I.P.</b>
Data	<b>13 de dezembro</b>



## 4. Demonstrações Financeiras

### 4.1 Balanço

Figura 5 - Balanço

Rubricas	Notas	Datas	
		31/12/2023	01/06/2023*
Ativo			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	589 320,69	363 570,68
Ativos intangíveis	3	73 975,11	32 336,12
Participações financeiras	18	40 420,00	40 420,00
		<b>703 715,80</b>	<b>436 326,80</b>
<b>Ativo Corrente</b>			
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	18	128 987,93	156 251,10
Clientes, contribuintes e utentes	18	77 835,96	314 699,94
Outras contas a receber	18	1 237,50	0,00
Outros ativos financeiros		6 082 693,88	0,00
Caixa e depósitos	1.3	6 121 285,22	11 527 181,25
		<b>12 412 040,49</b>	<b>11 998 132,29</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>13 115 756,29</b>	<b>12 434 459,09</b>
Património Líquido			
Resultados transitados	30.1	2 204 996,56	3 993 905,41
Resultado líquido do período		2 457 941,56	-1 788 908,85
		<b>4 662 938,12</b>	<b>2 204 996,56</b>
Passivo			
<b>Passivo não corrente</b>			
Outras contas a pagar	18	374 702,63	367 079,59
		<b>374 702,63</b>	<b>367 079,59</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	18	32 939,57	0,00
Estado e Outros Entes Públicos	18	2 447,20	1 030,40
Outras contas a pagar	18	7 913 740,84	6 141 316,46
Diferimentos	18	128 987,93	3 720 036,08
		<b>8 078 115,54</b>	<b>9 862 382,94</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>8 452 818,17</b>	<b>10 229 462,53</b>
<b>Total do Património Líquido e Passivo</b>		<b>13 115 756,29</b>	<b>12 434 459,09</b>

\*Data correspondente à abertura da entidade CCDR Alentejo, I.P.

## 4.3 Demonstração de Resultados por Natureza

Figura 6 - Demonstração de Resultados por Natureza

Rendimentos e gastos	Notas	Períodos
		31/12/2023
Impostos, contribuições e taxas	14 / 30	1 603 512,06
Prestações de serviços e concessões	13 / 30	50 530,53
Transferências e subsídios correntes obtidos	14 / 30	7 958 045,78
Fornecimentos e serviços externos	30	(1 235 548,40)
Gastos com pessoal	30	(5 521 471,76)
Transferências e subsídios concedidos	30	(127 310,34)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	(115 195,00)
Outros rendimentos	30	688,50
Outros gastos	30	(20 026,46)
<b>Resultados antes das depreciações e gastos de financiamento</b>		<b>2 593 224,91</b>
Gastos/reversões de depreciação e amortização		(135 283,35)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)</b>		<b>2 457 941,56</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		-
Juros e gastos similares suportados		-
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>2 457 941,56</b>
Imposto sobre o rendimento		-
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>2 457 941,56</b>

## 4.4 Demonstração das alterações no Património Líquido

Figura 7 - Demonstração das alterações no Património Líquido

Descrição	Notas	Património líquido atribuído aos detentores do património líquido da entidade-mãe											Interesses que não controlam	Total do património líquido	
		Capital / Património subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros Instrumento de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	Total			
<b>Posição no início do período</b>	(1)	-	-	-	-	-	3 993 905,41	-	-	-	-	(1 788 908,85)	2 204 996,56	-	2 204 996,56
<b>Alterações no período</b>															
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Correção de erros materiais		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de excedentes de revalorização		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedentes de revalorização e respetivas variações		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências e subsídios de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido	18	-	-	-	-	-	(1 788 908,85)	-	-	-	-	1 788 908,85	-	-	-
	(2)	-	-	-	-	-	(1 788 908,85)	-	-	-	-	1 788 908,85	-	-	-
<b>Resultado líquido do período</b>	(3)											2 457 941,56	2 457 941,56	-	2 457 941,56
<b>Resultado Integral</b>	(4)=(2)+(3)											4 246 850,41	4 246 850,41	-	4 246 850,41
<b>Operações com detentores de capital no período</b>															
Subscrições de capital/património		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subscrições de prémios de emissão		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Entradas para coberturas de perdas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	(5)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Posição no fim do período</b>	(6)=(1)+(2)+(3)+(5)	-	-	-	-	-	2 204 996,56	-	-	-	-	2 457 941,56	4 662 938,12	-	4 662 938,12

## 4.5 Demonstração de Fluxos de Caixa

Figura 8 - Demonstração de Fluxos de Caixa

Rubricas	Notas	Períodos	
		31/12/2023	01/06/2023*
<b>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</b>			
Recebimentos de clientes	18	1 626 997,15	525 297,42
Recebimentos de contribuintes		-	-
Recebimentos de transferências e subsídios correntes	18	2 096 134,40	6 423 815,65
Recebimentos de utentes		-	-
Pagamentos a fornecedores	18	(1 355 965,24)	(465 812,65)
Pagamentos ao pessoal	18 / 19	(4 706 032,86)	(2 655 619,10)
Pagamentos a contribuintes / utentes		-	-
Pagamentos de transferências e subsídios	18	(127 310,34)	(340 009,21)
Pagamentos de prestações sociais		-	-
<b>Caixa Gerada pelas Operações</b>		(2 466 176,89)	3 487 672,11
Pagamento / recebimento do Imposto sobre o rendimento		-	-
Outros Recebimentos/Pagamentos	18	3 546 097,08	(84 738,34)
<b>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (a)</b>		1 079 920,19	3 402 933,77
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento</b>			
<b>Pagamentos Respeitantes a:</b>			
Ativos Fixos Tangíveis	5	(312 975,84)	(20 563,12)
Ativos Intangíveis	3	(90 146,50)	-
Propriedades de Investimento		-	-
Investimentos Financeiros		-	-
Outros Ativos		-	-
<b>Recebimentos Provenientes de:</b>			
Ativos Fixos Tangíveis		-	-
Ativos Intangíveis		-	-
Propriedades de Investimento		-	-
Investimentos Financeiros		-	-
Outros Ativos		-	-
Subsídios ao Investimento		-	-
Transferências de Capital		-	-
Juros e Rendimentos Similares		-	-
Dividendos		-	-
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (b)</b>		(403 122,34)	(20 563,12)
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento</b>			
<b>Recebimentos Provenientes de:</b>			
Financiamentos Obtidos		-	-
Realizações de Capital e de Outros Instrumentos de Capital		-	-
Cobertura de Prejuízos		-	-
Doações		-	-
Outras Operações de financiamento		-	-
<b>Pagamentos Respeitantes a:</b>			
Financiamentos Obtidos		-	-
Juros e Gastos Similares		-	-
Dividendos		-	-
Reduções de Capital e de Outros Instrumentos de Capital		-	-
Outras Operações de Financiamento		-	-
<b>Fluxos da Caixa das Atividades de Financiamento (c)</b>		-	-
<b>Variação de Caixa e Seus Equivalentes (a+b+c)</b>	1.3	676 797,85	3 382 370,65
<b>Efeito das Diferenças de Câmbio</b>			
<b>Caixa e Seus Equivalentes no Início do Período</b>		11 527 181,25	8 144 810,60
<b>Caixa e Seus Equivalentes no Fim do Período</b>		12 203 979,10	11 527 181,25
<b>Conciliação Entre a Caixa e Seus Equivalentes e Saldo de Gerência</b>			
<b>Caixa e Seus Equivalentes no Início do Período</b>			
- Equivalentes a Caixa no Início do Período		-	-
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		-	-
- Variações Cambiais de Caixa no Início do Período		-	-
= Saldo de Gerência Anterior		11 527 181,25	8 144 810,60
De Execução Orçamental		6 041 799,60	2 250 716,74
De Operações de Tesouraria		5 485 381,65	5 894 093,86
<b>Caixa e Seus Equivalentes no Fim do Período</b>			
- Equivalentes a Caixa no Fim do Período		-	-
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		-	-
- Variações Cambiais de Caixa no Fim do Período		-	-
= Saldo para a Gerência Seguinte		12 203 979,10	11 527 181,25
De Execução Orçamental		3 206 370,34	6 041 799,60
De Operações de Tesouraria		8 997 608,76	5 485 381,65

\* Data correspondente á abertura da entidade CCDR Alentejo, I.P.

## 4.6 Anexo às Demonstrações Financeiras

### 4.6.1 Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico (NCP 1) – Nota 1

#### Identificação da Entidade

Entidade:

**Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, I.P.**

Acrónimo:

**CCDR Alentejo, I.P.**

Número de Pessoa Coletiva:

**517 699 044**

Endereço Sede:

**Avenida Engenheiro Arantes e Oliveira, n.º 193 | 7004-514 Évora**

#### Período de relato

O período de relato é limitado ao período entre:

**1 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2023**

Tal facto resulta da publicação do Decreto-lei n.º 36/2023 de 26 de maio, que nos termos do artigo 1.º, n.º 1, do mesmo:

- a) Procede à reestruturação das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), instituídas pelo Decreto-Lei n.º 228/2012, de 25 de outubro, na sua redação atual, convertendo-as em institutos públicos de regime especial e âmbito regional e aprova a respetiva lei orgânica em anexo ao presente decreto-lei e do qual faz parte integrante;
- b) Transfere atribuições de serviços periféricos da administração direta e indireta do Estado para as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, I. P. (CCDR, I. P.);
- c) Reestrutura e procede à integração de diversos serviços periféricos da administração direta e indireta do Estado nas CCDR, I. P.

Ainda segundo o nº 2 do mesmo artigo 1º, se refere que “O disposto nas alíneas b) e c) do número anterior é operacionalizado assegurando a neutralidade orçamental.”

Assim, com a criação da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, I.P, e nos termos do artigo 13º do mesmo diploma legal, esta nova entidade inicia a sua atividade em 1 de junho de 2023.

Neste sentido todas as referências expressas nos documentos de prestação de contas, que aqui se apresentam, cingem-se apenas a **7 meses de atividade**.

A partir de 1 de junho de 2023, o reporte de contas passa a ser efetuado pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, I.P., contribuinte nº 517699044 a qual de acordo com o disposto no artigo 5º do mesmo Decreto-Lei, lhe sucede “nas atribuições e competências, nos direitos, obrigações e na posição contratual”, incorporando por isso os saldos apurados a 31 de maio de 2023, agregando posteriormente outras estruturas, serviços e competências até agora assumidos por outras Entidades da Administração Central e Regional.

### Código da classificação orgânica:

**Funcionamento | 1810204**

**Investimento | 1880204**

### Tutela

**Ministério da Coesão Territorial**

A CCDR Alentejo, I.P., dispõe de serviços desconcentrados em Portalegre, Beja e Santo André.

A CCDR Alentejo, I.P. foi convertida em instituto público de regime especial e âmbito regional, integrada na administração indireta do Estado, com personalidade jurídica, dotado de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, com área geográfica circunscrita à região dos concelhos de:

*Tabela 2 - Listagem de Concelhos por Sub-região*

Alentejo Litoral	Alentejo Central	Alto Alentejo	Baixo Alentejo
Alcácer do Sal	Alandroal	Alter do Chão	Aljustrel
Grândola	Arraiolos	Arronches	Almodôvar
Odemira	Borba	Avis	Alvito
Santiago do Cacém	Estremoz	Campo Maior	Barrancos
Sines	Évora	Castelo Vide	Beja
	Montemor-o-Novo	Crato	Castro Verde
	Mora	Elvas	Cuba
	Mourão	Fronteira	Ferreira do Alentejo
	Portel	Gavião	Mértola

Alentejo Litoral	Alentejo Central	Alto Alentejo	Baixo Alentejo
	Redondo	Marvão	Moura
	Reguengos de Monsaraz	Monforte	Ourique
	Vendas Novas	Nisa	Serpa
	Viana do Alentejo	Ponte de Sor	Vidigueira
	Vila Viçosa	Portalegre	
		Sousel	

## Órgãos

Decorrente da publicação do Decreto-Lei n.º 36/2023, de 26 de maio, o qual procede à conversão das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional em institutos públicos, no anexo ao referido diploma, mais precisamente no artigo 7.º, onde são definidos os órgãos das CCDR, I.P., os quais são:

- O conselho diretivo
- O conselho regional
- O conselho de coordenação intersetorial
- A conferência de serviços
- O fiscal único.

## O Conselho Diretivo

Considerando o artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 36/2023, de 26 de maio, conjugado com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 91/2020, publicada em Diário da República, I Série, de 27 de novembro, o Conselho Diretivo é composto dos membros que anteriormente estavam nomeados, mantendo-se em funções até nova nomeação do Conselho Diretivo nos termos da Lei Orgânica aprovada.

Assim, o Conselho Diretivo, no período de referência do presente Relatório de Gestão, tem a seguinte composição:

*Tabela 3 - Composição do Conselho Diretivo*

Nome	Cargo	Enquadramento da Nomeação
<b>António</b> José <b>Ceia da Silva</b>	Presidente	Por indicação resultante de processo eleitoral realizado nos termos dos artigos 3.º-B a 3.º-G do Decreto-Lei n.º 228/2012, de 25 de outubro, na sua redação atual
<b>Aníbal</b> Sousa <b>Reis</b> Coelho da <b>Costa</b>	Vice-Presidente	Por indicação resultante do processo eleitoral realizado nos termos dos artigos 3.º-C a 3.º-G do Decreto-Lei n.º 228/2012, de 25 de outubro, na sua redação atual
<b>Carmen</b> de Jesus Geraldo <b>Carvalho</b>	Vice-Presidente	Por indicação resultante do procedimento previsto no n.º 4 do artigo 3.º-A do Decreto-Lei n.º 228/2012, de 25 de outubro, na sua redação atual

## Conselho Regional

O Conselho Regional de acordo com o artigo 19º e seguintes do anexo ao Decreto-Lei n.º 36/2023, de 26 de maio, é o órgão consultivo da CCDR, onde têm assento os mais representativos agentes do desenvolvimento sustentável ao nível local e regional.

No período de relato do presente documento não ocorreu nenhuma reunião do Conselho Regional.

### **Conselho de Coordenação Intersetorial**

O Conselho de Coordenação Intersectorial, nos termos do artigo 22.º e seguintes do anexo ao Decreto-Lei nº 36/2018, de 26 de maio, promove a coordenação técnica da execução e monitorização das políticas sectoriais, nomeadamente nas áreas do desenvolvimento regional, ambiente, cidades, economia, cultura, educação, saúde, ordenamento do território, conservação da natureza, agricultura e pescas.

No período de relato do presente documento não ocorreu nenhuma reunião do Conselho de Coordenação Intersetorial.

### **Conferência de serviços**

A conferência de serviços, nos termos do artigo 25.º do anexo ao Decreto-Lei nº 36/2018, de 26 de maio, tem as seguintes modalidades:

- a) Conferência de serviços interna, quando a competência decisória for apenas da CCDR, I. P., sem decisão ou participação de outras pessoas coletivas públicas;
- b) Conferência de serviços externa, nos casos do artigo 5.º do Decreto-Lei nº 36/2018, de 26 de maio.

No período de referência do presente Relatório de Gestão, a Conferência de Serviços não desenvolveu qualquer atividade.

### **Fiscal único**

Nos termos do Despacho nº 3931/2022, de 24 de março de 2022, do Ministro de Estado e das Finanças de 8 de março de 2022 do Secretário de Estado Adjunto e do Desenvolvimento Regional, publicado no Diário da República, II Série, nº 66, de 4 de abril de 2022, foi designado o Fiscal Único da CCDRA, a sociedade de revisores oficial de contas Rosário Carvalho & Associados, SROC, Lda., com o nº 177 – CMVM nº 20161479 a qual é representada por Maria do Rosário da Conceição Mira de Carvalho, ROC nº 658 – CMVM nº 20160302.

#### **4.6.1.1 Referencial contabilístico**

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com o Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro (com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro) - Sistema de Normalização Contabilístico para a Administração Pública.

## **4.6.2 Principais Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros (NCP 2)**

### **4.6.2.1 Bases de mensuração**

#### **Apresentação apropriada e conformidade com as NCP**

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade.

Representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas Normas de Contabilidade Pública (NCP).

#### **Informação Comparativa**

A CCDR Alentejo, I.P. aplica o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

Apesar da CCDR Alentejo ter sido reestruturada, a entidade (CCDR Alentejo, I.P.), nos termos do Decreto-Lei 36/2023, de 26 de maio, sucede-lhe “nas atribuições e competências, nos direitos, obrigações e na posição contratual”, para além de ter sido assegurada “a neutralidade orçamental”, pelo que se justifica estar cumprido o Princípio da Continuidade da Entidade. Todavia os dados indicados têm de ser ponderados, para efeitos de comparabilidade, dados que as quantias apresentadas para “ano n-1”, apenas incorpora 5 meses de atividade (1 de janeiro a 31 de maio de 2023), da entidade CCDRA e o “ano n”, os restantes 7 meses do ano de 2023, respeitantes à entidade CCDRA I.P.

Assim, a entidade CCDR Alentejo, I.P., com o NIPC 517 699 044, iniciou a sua atividade a 1 de junho de 2023, sendo considerado, nessa data, a existência de um balancete de abertura com os saldos que transitam da entidade anterior (CCDR Alentejo, com o NIPC 600 075 826).

A informação comparativa, em balanço, será com os saldos de abertura a 1 de junho de 2023, os quais correspondem de forma unívoca aos saldos de encerramento da entidade extinta.

Já a demonstração dos resultados e fluxos de caixa refletem apenas os valores repartidos pelos dois períodos acima referidos.

As políticas contabilísticas foram adotadas de maneira consistente ao longo do tempo.

Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação serão divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;

c) Razão para a reclassificação.

### **Consistência de Apresentação**

As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, serão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo.

### **Materialidade e Agregação**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade.

Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras.

Os itens de natureza ou função dissemelhante serão apresentados separadamente, a menos que sejam imateriais.

### **Compensação**

Devido a importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram sujeitos a compensações, exceto os que forem exigidos por uma NCP.

### **Continuidade**

Como acima já se referiu, foram definidos normativos que conduziram a profundas alterações ao regime jurídico das CCDR's, sem que a continuidade da atividade venha a sofrer alterações de grande impacto em períodos subsequentes, para além dos justificados pela Missão e Atribuições que a CCDR Alentejo, I.P. passa a deter a partir de 1 de junho de 2023.

Com base na informação disponível, apesar de serem executadas por outra entidade, as atividades serão levadas a cabo em continuidade ao abrigo de outro quadro jurídico não sendo previsível, haver a intenção, nem a necessidade de liquidar ou de reduzir o nível das suas operações. Bem pelo contrário, a Missão e Atribuições da nova Entidade serão ampliadas e exigirão maior envolvimento e recursos, quer humanos, quer materiais, quer financeiros.

No entanto, em termos operacionais, no período de 1 de junho de 2023 a 31 de dezembro de 2023, a atividade da entidade manteve-se nos mesmos termos, pois a integração das novas atribuições e competências definidas em linha de sucessão previstas no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 36/2023, de 26 de maio, somente iniciaram a sua efetivação a 1 de janeiro de 2024.

## **Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas**

Na preparação das demonstrações financeiras foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período de relato.

## **Moeda de apresentação e notas não relevantes**

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Euros, constituindo esta a moeda funcional de apresentação.

### **4.6.2.2 Outras políticas contabilísticas relevantes**

As principais políticas contabilísticas definidas pelo Órgão de Gestão, foram as seguintes:

#### **Ativos fixos tangíveis**

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites, deduzido das depreciações acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo e bens, adotando-se o Classificador Complementar 2 (CC2).

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos, nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis foram registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso, a existirem, representam ativos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Estes ativos fixos tangíveis passarão a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registados na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

#### **Propriedades de investimento**

Atendendo ao disposto na NCP 8, a CCDR Alentejo, I.P. não é detentora de propriedades de investimento.

### **Ativos intangíveis**

A política contabilística adotada traduz-se no seguinte referencial:

- Os ativos intangíveis adquiridos, são registados ao custo de aquisição (justo valor na data de aquisição), deduzidos das amortizações acumuladas e imparidades;
- As amortizações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo e bens, adotando-se o classificador complementar 2 (CC2);
- As vidas úteis e o método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

### **Imparidades de ativos fixos tangíveis e intangíveis e propriedades de investimento**

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas, com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade.

Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) para determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

### **Inventários**

Os inventários, a existirem, são reconhecidos pelo custo de aquisição, utilizando-se como método de custeio das saídas, o custo médio ponderado. Os inventários finais serão valorizados ao custo médio ponderado, o qual é inferior ao valor realizável líquido. Caso a quantia escriturada seja superior ao valor realizável líquido, são constituídas perdas por imparidade por forma a que a quantia escriturada reflita a sua quantia recuperável.

### **Participações Financeiras**

Os investimentos financeiros em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas podem ser mensurados em conformidade com a NCP 18 (justo valor ou ao custo) ou ao método da equivalência patrimonial conforme previsto na NCP 23.

Pelo método do custo, o investimento é reconhecido inicialmente pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustado de quaisquer perdas por imparidade.

Pelo método da equivalência patrimonial, a quantia escriturada é aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da quota-parte da investidora nos resultados da participada depois da data da aquisição. A quota-parte da investidora nos resultados da

participada é reconhecida nos resultados da investidora. As distribuições recebidas reduzem a quantia escriturada do investimento. O valor final da participação financeira irá incluir o valor determinado pela aplicação do método da equivalência patrimonial juntamente com quaisquer interesses de longo prazo que, em substância, façam parte do investimento líquido da investidora na participada.

Face às participações detidas, será seguido o método do custo para valorização dos seus investimentos financeiros, ajustado de imparidades necessárias ao reconhecimento do ativo.

### **Rédito e regime do acréscimo**

Nos rendimentos de transações com contraprestação, o rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelas vendas e prestações de serviços decorrentes da atividade normal, na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Nos rendimentos de transações sem contraprestação, o rédito é reconhecido quando os acontecimentos ocorrem, sendo mensurados ao justo valor à data de aquisição.

Observou-se o disposto nas NCP 13 e 14, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, e seja provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas tenham sido substancialmente resolvidas.

### **Transferências e subsídios**

As transferências correntes e de capital a favor da entidade, são reconhecidos, quando se gera a sua atribuição, independentemente do seu recebimento.

Sempre que se configurar possível a afetação dessas verbas a um ou mais ativos depreciáveis ou amortizável, a afetação para resultados, equipara - se a um subsídio ou transferência consignada, pelo que, numa base sistemática, procede-se à sua imputação à medida que forem contabilizadas as amortizações ou depreciações dos ativos subjacentes na respetiva proporção.

Os financiamentos não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis são inicialmente reconhecidos em diferimentos e quando se consideram cumpridas as condições, são transferidos para o património líquido (outras variações do património líquido) e, subsequentemente:

- Os que respeitam a ativos fixos tangíveis depreciáveis e ativos intangíveis amortizáveis devem ser imputados numa base sistemática como rendimentos de forma que sejam balanceados com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem;
- Os que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciáveis e ativos intangíveis amortizáveis devem ser mantidos no património líquido, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Um subsídio só é reconhecido quando haja segurança razoável de que a entidade cumprirá as condições a ele associadas e que o subsídio será recebido.

As transferências e subsídios concedidos resultam de transferências e subsídios recebidos, enquanto líder dos projetos e que são de entidades terceiras.

#### **4.6.2.3 Instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

##### **Cientes e outras dívidas de terceiros**

As contas "clientes" e "outras contas a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidades, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

Os valores refletidos no Balanço a título de Clientes e Outros Valores a Receber, respeitam a saldos por receber de prestações de serviços, vendas e apoios contratuais acordados, para além de contratos de financiamento homologados já em execução (para os quais foi solicitado pedidos de pagamento) ou a aguardar o seu início ou execução.

A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a entidade não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber (dívida superior a dois anos).

##### **Fornecedores e outras dívidas a terceiros**

As contas a pagar a fornecedores e outros terceiros, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é equivalente ao seu justo valor.

##### **Financiamentos bancários (empréstimos)**

Os financiamentos, a existirem, são registados no passivo pelo custo. Os financiamentos são classificados como passivo corrente, a não ser que a entidade tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

##### **Periodizações**

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas "Outras contas a receber e a pagar" e "Diferimentos".

##### **Caixa, depósitos bancários e outros depósitos**

Os montantes incluídos na rubrica caixa, depósitos bancários e seus equivalentes, correspondem aos valores em caixa e depósitos.

#### **4.6.2.4 Provisões e Passivos contingentes**

Uma provisão só é reconhecida quando, cumulativamente:

- Represente uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essa obrigação;
- Pode ser feita uma estimativa fiável da quantia dessa obrigação.

Uma **provisão** é mensurada pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data de relato. A melhor estimativa corresponde à quantia que a entidade racionalmente pagaria para liquidar a obrigação à data de relato ou para a transferir para um terceiro nessa data.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pelo julgamento do órgão de gestão, tendo em consideração a experiência de transações similares e, em alguns casos, os relatórios de peritos independentes, nomeadamente do mandatário judicial.

As provisões são revistas em cada data de relato e ajustadas para refletirem a melhor estimativa corrente. Se deixar de ser provável que é necessário um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para liquidar a obrigação, a provisão deve ser revertida. Uma provisão apenas é utilizada para dispêndios relativamente aos quais foi originalmente reconhecida.

Se tivermos perante um **passivo contingente**, o mesmo não é reconhecido, sendo sujeito a divulgação, exceto se for remota a possibilidade de um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço.

Os passivos contingentes são continuamente avaliados para determinar se um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço se tornou provável.

Quando se torna provável, deve ser reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras desse período.

#### **4.6.2.5 Principais pressupostos relativos ao futuro**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, sob a Missão e Atribuições da CCDRA I.P., a partir dos livros e registos contabilísticos, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, para o setor público.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço só são considerados na preparação das demonstrações

financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente anexo às demonstrações financeiras.

Não existem eventos subsequentes suscetíveis de divulgação, para além do novo regime jurídico da CCDRA, que a reestrutura para a CCDRA, I.P.

### 4.6.3 Valores de caixa e depósitos bancários – Nota 1.3

A desagregação dos valores inscritos é a que consta na Tabela 4.

Tabela 4 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Conta	Designação	31/12/2023	01/06/2023*
<b>11</b>	<b>Caixa</b>	-	<b>2 000,00</b>
111	Caixa	-	2 000,00
<b>12</b>	<b>Depósitos à ordem</b>	<b>6 121 285,22</b>	<b>11 525 181,25</b>
121	Depósitos à ordem no tesouro	6 121 285,22	11 525 181,25
<b>TOTAL</b>		<b>6 121 285,22</b>	<b>11 527 181,25</b>

\* Data correspondente à abertura da entidade CCDR Alentejo, I.P.

Tabela 5 – Desagregação dos valores inscritos em Outros Instrumentos Financeiros

Conta	Designação	31/12/2023	01/06/2023*
<b>14</b>	<b>Outros instrumentos financeiros a curto prazo</b>	<b>6 082 693,88</b>	-
14311	Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo	6 082 693,88	-
<b>TOTAL</b>		<b>6 082 693,88</b>	-

\* Data correspondente à abertura da entidade CCDR Alentejo, I.P.

O saldo de caixa encontra-se nulo considerando que todas as subcontas estão saldadas, as quais, a 31 de dezembro de 2023 correspondem às contas de fundo de maneio. No período anterior o saldo existente correspondia aos valores de fundo de maneio atribuídos, os quais não foram repostos a 31 de maio de 2023, pois tal procedimento dada a continuidade das atividades, somente foi acautelado no final do ano económico.

O saldo apresentado à data de 31/12/2023, está de acordo com as certidões emitidas pelo IGCP, condicionadas pelos valores em trânsito, espelhados na síntese da reconciliação bancária, conforme Tabela 6.

Tabela 6 - Síntese da reconciliação bancária

IBAN	Designação	Certidão IGCP	Em Trânsito	Saldo Contabilístico
PT5007810112000000802455	CCDRALENT Receitas Próprias	692 373,70	39 205,25	653 168,45
PT5007810112000000802552	CCDR Alentejo Depósito Condicionados	395 234,43	0,00	395 234,43
PT5007810112000000455583	CCDRALENT Geral	3 971 062,48	3 044 075,33	926 987,15
PT50078101129112000060803	Plano de Recuperação e Resiliência PRR	4 071 250,06	-74 645,13	4 145 895,19
<b>Total</b>		<b>9 129 920,67</b>	<b>3 008 635,45</b>	<b>6 121 285,22</b>

Para as mesmas datas, os valores da execução orçamental e de operações de tesouraria, apresentam-se nos termos da Tabela 7.

*Tabela 7 - Execução orçamental e de operações de tesouraria*

<b>Designação</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/05/2023</b>
Execução orçamental	3 206 370,34	6 041 799,60
Operações de tesouraria	8 997 608,76	5 485 381,65
<b>Salgo da gerência</b>	<b>12 203 979,10</b>	<b>11 527 181,25</b>

À data de 31 de dezembro de 2023 e 31 de maio de 2023, as operações de tesouraria, apresentam o detalhe constante na Tabela 8.

*Tabela 8 - Detalhe das Operações de Tesouraria*

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>Movimentos</b>		<b>01/06/2023*</b>
		<b>Recebimentos</b>	<b>Pagamentos</b>	
Transação Edifício	3 760 000,00			3 760 000,00
Auroral	612 141,40	212 303,90	212 303,90	612 141,40
Projeto PRR	4 204 381,75	3 510 158,75		694 223,00
Rede ASIG	2 995,85	377 139,19	374 143,34	
Rede PQCA	6 489,66	410 359,69	403 870,03	
Cauções	374 702,63	7 623,04		367 079,59
Outros	36 897,47	19 557,58	34 597,77	51 937,66
<b>Total</b>	<b>8 997 608,76</b>	<b>4 537 142,15</b>	<b>1 024 915,04</b>	<b>5 485 381,65</b>

\* Data correspondente à abertura da entidade CCDR Alentejo, I.P.

No período até 31 de dezembro de 2023, a variação de caixa e seus equivalentes apresenta-se positiva em cerca de 676 mil euros, resultantes, em substância, dos fluxos de caixa operacionais, conforme se verifica na Tabela 9.

À semelhança da gerência anterior, no período até 31 de dezembro de 2023, não se efetuaram operações de caixa de atividades de financiamentos.

Em termos das atividades de investimento apresenta-se um fluxo de pagamentos na ordem dos 403 mil euros.

Tabela 9 - Mapa de Fluxos de Caixa

<b>Fluxos de Caixa</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>01/06/2023*</b>
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)	1 079 920,19	3 402 933,77
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)	(403 122,34)	(20 563,12)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)	-	-
<b>Varição de caixa e seus equivalentes (a+b+c)</b>	<b>676 797,85</b>	<b>3 382 370,65</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	<b>11 527 181,25</b>	<b>8 144 810,60</b>
De execução orçamental	6 041 799,60	2 250 716,74
De operações de tesouraria	5 485 381,65	5 894 093,86
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>12 203 979,10</b>	<b>11 527 181,25</b>
De execução orçamental	3 206 370,34	6 041 799,60
De operações de tesouraria	8 997 608,76	5 485 381,65

\* Data correspondente à abertura da entidade CCDR Alentejo, I.P.

## 4.6.4 Ativos intangíveis (NCP 3) – Nota 3

### 4.6.4.1 Ativos intangíveis

#### Bases de mensuração

Os ativos intangíveis adquiridos encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até aquela data, deduzido das amortizações.

#### Método de amortização usado

As amortizações dos ativos intangíveis são calculadas, após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil constante no Classificador Complementar 2 - Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, do SNC-AP (CC2).

Sempre que se justifique a vida útil dos ativos é revista em função das qualificações exigidas para a sua operacionalidade, podendo nestes casos serem adotados outras estimativas de amortização.

#### Vidas úteis ou taxas de amortização

Existem Fichas de Cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo intangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de amortização, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada, conforme Tabela 10.

Tabela 10 - Taxa de Amortização

Ativos Intangíveis	Programas de computador e Sistemas de Informação
Taxas de amortização	33,33%
Métodos de amortização	Linha reta

#### 4.6.4.2 Variações das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

Tabela 11 - Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

Rúbricas	31/12/2023			01/06/2023*		
	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada
443 Programas de computador e sistemas de informação	217 271,66	143 296,55	73 975,11	127 125,16	94 789,04	32 336,12

\* Data correspondente à abertura da entidade CCDR Alentejo, I.P.

#### 4.6.4.3 Quantia escriturada e variações do período

No período de análise, e conforme variação acumulada demonstrada no valor total de 41.638,99€ demonstrada na Tabela 12, temos o incremento da nova aquisição, com a quantia bruta de 90.146,50€ (correspondente à variação bruta da tabela Tabela 11, assim como as amortizações do período (do valor anteriormente existente e da nova aquisição).

Tabela 12 - Quantia escriturada e variações no período

Rubricas	Quantia escriturada inicial	01/06/2023*		31/12/2023	
		Variações		Quantia escriturada final	
		Adições	Amortizações do período		
443 Programas de computador e sistemas de informação	32 336,12	90 146,50	48 507,51	73 975,11	
<b>TOTAL</b>	<b>32 336,12</b>	<b>90 146,50</b>	<b>48 507,51</b>	<b>73 975,11</b>	

\* Data correspondente à abertura da entidade CCDR Alentejo, I.P.

#### 4.6.4.3.1 Ativos intangíveis – adições

No período reportado ocorreu uma aquisição com o objeto "Aquisição de Licenciamento de Software de Suporte aos Serviços", pelo valor de 90.146,50€.

#### 4.6.4.4 Outras divulgações de ativos intangíveis

##### 4.6.4.4.1 Compromissos contratuais para aquisição de ativos intangíveis

O processo de aquisição com o objeto "Aquisição de Licenciamento de Software de Suporte aos Serviços" tem o valor de 90.146,50€ como compromisso futuro para o ano de 2024, considerando que o contrato celebrado termina a 31/12/2024.

O software alvo desta aquisição de licenciamento é o ® Microsoft Office 365.

#### 4.6.4.5 Métodos de depreciação usados

Conforme expresso no ponto 4.6.2.2.

#### 4.6.4.6 Ativos Intangíveis totalmente amortizados

Em 31/12/2023, verifica-se existirem bens totalmente amortizados.

Considerando que o bem já não se encontra em uso, o mesmo será proposto para abate.

Tabela 13 - Ativos fixos tangíveis totalmente amortizados

Conta	Designação	Nums	Valor
443	Programas de computador e sistemas de informação	1	90 146,00 €
<b>TOTAL</b>		<b>1</b>	<b>90 146,00 €</b>

## 4.6.5 Ativos fixos tangíveis (NCP 5) – Nota 5

### 4.6.5.1 Bases de mensuração

Os ativos fixos tangíveis adquiridos são registados ao custo de aquisição ou produção líquidos das respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

Os custos de aquisição ou produção incluem o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessária para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de localização que a entidade espera incorrer.

Os custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para a entidade e o custo possa ser mensurado com fiabilidade.

### 4.6.5.2 Métodos de depreciação usados

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas, após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil constante no Classificador Complementar 2 - Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, do SNC-AP - (CC2). Sempre que se justifique, a vida útil dos ativos é revista em função das qualificações exigidas para a sua operacionalidade, podendo, nestes casos, serem adotados outras estimativas de depreciação ou imparidades.

### Vidas úteis ou taxas de depreciação

Existem Fichas de Cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo fixo tangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de depreciação, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Tabela 14 - Taxas de depreciação utilizadas nos ativos fixos tangíveis

Ativos Fixos Tangíveis	Edifícios e Outras Construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento Administrativo	Outros ativos fixos tangíveis
Taxas de depreciação	5,00%	entre 5% e 20%	25,00%	12,50%	entre 2% e 25%
Métodos de depreciação	Linha reta	Linha reta	Linha reta	Linha reta	Linha reta

#### 4.6.5.3 Ativos fixos tangíveis – variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

Ao nível da variação dos ativos fixos tangíveis, verifica-se na Tabela 15 uma variação da quantia inscrita no valor de 312.525,85€, o que corresponde a novas aquisições descritas nos pontos seguintes.

Tabela 15 - Variação das depreciações nos ativos fixos tangíveis

Rubricas	31/12/2023			1/6/2023*		
	Quantia Bruta	Depreciações acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Depreciações acumuladas	Quantia Escriturada
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>	<b>1 717 316,84</b>	<b>1 127 996,15</b>	<b>589 320,69</b>	<b>1 404 790,99</b>	<b>1 041 220,31</b>	<b>363 570,68</b>
433 Equipamento básico	425 556,27	243 644,81	181 911,46	424 898,22	213 345,25	211 552,97
435 Equipamento administrativo	1 291 760,57	884 351,34	407 409,23	979 892,77	827 875,06	152 017,71
<b>TOTAL</b>	<b>1 717 316,84</b>	<b>1 127 996,15</b>	<b>589 320,69</b>	<b>1 404 790,99</b>	<b>1 041 220,31</b>	<b>363 570,68</b>

\* Data correspondente à abertura da entidade CCDR Alentejo, I.P.

#### 4.6.5.4 Ativos fixos tangíveis – quantia escriturada e variações do período

Tabela 16 - 4.5.4 Ativos fixos tangíveis – quantia escriturada e variações do período

Rubricas	Quantia escriturada inicial	1/6/2023*		31/12/2023
		Variações		
		Adições	Depreciações do período	
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>	<b>363 570,68</b>	<b>312 525,85</b>	<b>86 775,84</b>	<b>589 320,69</b>
433 Equipamento básico	211 552,97	658,05	30 299,56	181 911,46
435 Equipamento administrativo	152 017,71	311 867,80	56 476,28	407 409,23
<b>TOTAL</b>	<b>363 570,68</b>	<b>312 525,85</b>	<b>86 775,84</b>	<b>589 320,69</b>

\* Data correspondente à abertura da entidade CCDR Alentejo, I.P.

A diferença existente ente as adições aqui refletidas e o valor apurado nas demonstrações de fluxos de caixa, o qual totaliza 449,99€, é referente a bens que são adquiridos, mas que, pelo seu valor, são considerados custos diretos pelo totalidade da aquisição.

#### 4.6.5.4.1 Ativos fixos tangíveis – adições

Relativamente ao equipamento básico, a nova aquisição é relativa a um equipamento de ar condicionado para os serviços localizados em Portalegre.

Tabela 17 - Equipamento Básico - Conta 433 - Novas aquisições

Grupos de Bens - 433 - Equipamento básico	Valor
Ar condicionado	658,05
<b>TOTAL</b>	<b>658,05</b>

No que diz respeito ao equipamento administrativo, as aquisições são ao nível de equipamento informático e telecomunicações, nomeadamente:

Tabela 18 - Equipamento Administrativo - Conta 435 - Novas aquisições

Grupos de Bens - 435 - Equipamento Administrativo	Valor
Workstations	11 644,41
Computadores Portáteis e Tablets	34 435,58
Discos rígidos para PC	358,24
Solução hiperconvergente de servidores	257 066,80
Fontes de alimentação e memórias	4 857,27
Periféricos	3 505,50
<b>TOTAL</b>	<b>311 867,80</b>

#### 4.6.5.5 Depreciações Ativos Fixos Tangíveis e Amortizações

Conforme expresso no ponto 4.6.2.2.

#### 4.6.5.6 Ativos Fixos Tangíveis totalmente depreciados e em uso

Em 31/12/2023, verifica-se existirem bens totalmente depreciados que ainda se encontram em uso, conforme quadro seguinte.

Tabela 19 - Ativos fixos tangíveis totalmente depreciados e em uso

Conta	Designação	Nums	Valor
433	Equipamento básico	82	33 390,82 €
435	Equipamento administrativo	134	532 963,77 €
	<b>TOTAL</b>	<b>216</b>	<b>566 354,59 €</b>

### 4.6.6 Locações (NCP 6) – Nota 6

#### 4.6.6.1 Locação Operacional

No que diz respeito à locação operacional o contrato existente é o descrito no mapa seguinte.

Tabela 20 - Contratos de Locação Operacional

Bens locados	Valor do contrato	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos			
		Período		Acumulado		Até 1 ano	1 a 5 anos	Superior a 5 anos	Total
		Pagamentos mínimos	Rendas contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas contingentes				
Fotocopiadoras - JV, Lda.	38 514,74	8 373,58		12 652,98		12 930,88	12 930,88		25 861,76
<b>TOTAL</b>	<b>38 514,74</b>	<b>8 373,58</b>		<b>12 652,98</b>		<b>12 930,88</b>	<b>12 930,88</b>		<b>25 861,76</b>

O contrato em questão tem uma execução até 2025, considerando que o mesmo foi outorgado para 3 anos (2023, 2024 e 2025).

Em termos estatísticos, até 31/12/2023 foi pago 33% do total do contrato, o que corresponde ao planeado em termos de execução e pagamentos do contrato.

## 4.6.7 Imparidades de ativos (NCP 9) – Nota 9

### 4.6.7.1 Imparidades de ativos – geradores de caixa

As imparidades de ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa estão descritas no quadro seguinte:

Tabela 21 - Imparidades de ativos – geradores de caixa

Ativo	Natureza	31/12/2023			1/6/2023*		
		Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Cientes, contribuintes e utentes	Gerador de caixa	193 030,96	115 195,00	77 835,96	347 454,94	32 755,00	314 699,94
<b>Totais</b>		<b>193 030,96</b>	<b>115 195,00</b>	<b>77 835,96</b>	<b>347 454,94</b>	<b>32 755,00</b>	<b>314 699,94</b>

\* Data correspondente à abertura da entidade CCDR Alentejo, I.P.

As perdas por imparidade referente a “Clientes, contribuintes e utentes” foram constituídas com base na prudência e na avaliação do risco, considerando de grande probabilidade de incobrabilidade das dívidas.

O valor apurado é estimado com base nos valores em dívida à mais de 730 dias (dois anos), considerando haver uma alta probabilidade de não arrecadação dos valores.

## 4.6.8 Rendimentos de transações com contraprestação (NCP 13) – Nota 13

### 4.6.8.1 Políticas contabilísticas e métodos adotados

O rendimento das vendas é reconhecido na demonstração de resultados, quando:

- Os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador;
- Deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse;
- O montante dos réditos possa ser fiavelmente quantificado;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade;
- Os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rendimento das prestações de serviços é reconhecido na demonstração de resultados, com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

O rendimento dos juros é reconhecido na demonstração de resultados através do método do juro efetivo.

O rendimento dos dividendos é reconhecido a partir do momento em que se estabelece o direito do acionista a receber o dividendo.

#### 4.6.8.2 Quantia de cada categoria de rendimentos

Tabela 22 - Quantia de cada categoria de rendimentos – com contraprestação

Tipo de transação com contraprestação	Rendimento do período reconhecido	
	31/12/2023	
Prestação de Serviços	50 530,53	
<b>TOTAL</b>	<b>50 530,53</b>	

De salientar que o valor apresentado cinge-se ao período de relato do presente documento, ou seja, 1 de junho de 2023 a 31 de dezembro, não sendo comparável com a gerência anterior (1 de janeiro de 2023 a 31 de maio de 2023), pelo que não se apresenta o comparativo desses rendimentos.

#### 4.6.9 Rendimentos de transações sem contraprestação (NCP 14) – Nota 14

##### 4.6.9.1 Políticas contabilísticas e métodos adotados

As transações sem contraprestação subdividem-se em taxas, multas, transferências e outros.

##### 4.6.9.2 Quantia de cada categoria de rendimentos

Tabela 23 - Quantia de cada categoria de rendimentos – sem contraprestação

Tipo de transação sem contraprestação	31/12/2023			01/06/2023	
	Rendimento do período	Quantias por receber		Rendimento do período	Quantias por receber
		Resultados	Início do período		
Taxas	1 594 335,25	314 699,94	77 835,96	449 557,87	314 699,94
Multas e outras penalidades	9 176,81			26 125,14	
Transferências sem condição	7 958 045,78	156 251,10	128 987,93	1 770 335,55	156 251,10
Outros	688,50		1 237,50	36,40	
<b>TOTAL</b>	<b>9 562 246,34</b>	<b>470 951,04</b>	<b>208 061,39</b>	<b>2 246 054,96</b>	<b>470 951,04</b>

Relativamente às transações sem contraprestação, relativamente aos rendimentos do período verifica-se um total de 9.562 mil euros, dos quais, no final do período, estão por receber cerca de 208 mil euros.

## **4.6.10 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (NCP 15) – Nota 15**

### **4.6.10.1 Provisões**

De acordo com o ponto 4 da NCP 15 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, as provisões são reconhecidas quando se verificam cumulativamente as seguintes situações:

- Exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado;
- Seja provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos que será necessário para liquidar a obrigação;
- Possa ser efetuada uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

Relativamente aos processos judiciais que se encontram em curso, após atualização e reapreciação jurídica para efeitos de prestação anual das contas, não se identificam processos desta natureza.

### **4.6.10.2 Passivos contingentes**

Os passivos contingentes são:

- Obrigações possíveis, que carecem de confirmação se a entidade tem ou não uma obrigação presente que possa conduzir a um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço; ou
- Obrigações presentes, que não satisfazem os critérios de reconhecimento da NCP 15 (por isso não são reconhecidos sob a forma de provisão), quer porque não é provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para extinguir a obrigação, quer porque não pode ser feita uma estimativa suficientemente fiável da quantia da obrigação.

A NCP 15 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, refere que um "Passivo contingente é:(a) Uma obrigação possível que decorre de acontecimentos passados e cuja existência apenas será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos, que não estão totalmente sob controlo da entidade; ou (b) Uma obrigação presente que decorre de acontecimentos passados, mas não é reconhecida porque: (i) Não é provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para liquidar essa obrigação; ou (ii) A quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.", acrescentando ainda que os passivos contingentes "... não são reconhecidos como passivos porque são: (i) Obrigações possíveis, que carecem de confirmação se a entidade tem ou não uma obrigação presente que possa conduzir a um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço; ou (ii) Obrigações presentes, que não satisfazem os critérios de reconhecimento desta Norma, quer porque não é provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para liquidar a obrigação, quer porque não pode ser feita uma estimativa suficientemente fiável da quantia da obrigação."

Face ao exposto, considera-se a existência de um passivo contingente nos termos do exposto no Memorando, datado de 1 de agosto de 2022, endereçado ao Ministro da Tutela e demais documentos constantes do processo, sob o tema arrendamento à ESTAMO – Participações Imobiliárias, S.A., do Edifício sede da CCDR Alentejo em Évora.

Efetivamente, e mediante diversos envolvimento das tutelas, a situação da titularidade do edifício por parte da ESTAMO nunca foi formalmente reconhecida, pelo que a situação se tem mantido até ao presente. A solução que por motivos históricos, institucionais e financeiros, no quadro do atual estatuto político-administrativo da CCDR, parece mais adequada e sustentável, será a resolução do contrato de alienação do imóvel pela DGTF à ESTAMO, com regresso do imóvel à propriedade do Estado, com titularidade da DGTF. No entanto, perante o novo enquadramento legal da CCDR Alentejo, I.P., a mesma já pode dispor de património imobiliário próprio.

A decisão carece, certamente, de decisão dos Ministérios da Coesão Territorial e das Finanças.

À data de 31/12/2023, o valor que a ESTAMO reclama, é composto por:

*Tabela 24 - Passivos contingentes*

CCDR Alentejo - Av. Eng. Arantes Oliveira, 193

POSIÇÃO	Compensação	Comp. Indemnizações e/ou juros de mora	Total Anual	Total Acumulado
2019	8 975,81 €		8 975,81 €	8 975,81 €
2020	670 605,36 €		670 605,36 €	679 581,17 €
2021	670 605,36 €	89 318,36 €	759 923,72 €	1 439 504,89 €
2022	689 181,12 €	81 834,34 €	771 015,46 €	2 210 520,35 €
2023	755 273,64 €	198 960,29 €	954 233,93 €	3 164 754,28 €
<b>TOTAL</b>	<b>2 794 641,29 €</b>	<b>370 112,99 €</b>	<b>3 164 754,28 €</b>	

Por não se reconhecer a dívida e, tratando-se de um passivo contingente, o valor acima referido não se encontra refletido nas demonstrações financeiras. Acresce referir que a CCDR Alentejo, I.P., detém em operações de tesouraria o valor de **3.760 mil euros** recebidos a título deste processo, aguardando a resolução do mesmo.

A renda mensal indicada para o ano de 2023, apresentada pela ESTAMO é de 62.939,47 € por mês.

#### 4.6.11 Acontecimentos após data de relato (Nota 17) – Nota 17

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço que demonstram a evidência de condições que já existiam à data do balanço, o impacto desses eventos é ajustado nas demonstrações financeiras. Caso contrário, eventos subsequentes à data do balanço com uma natureza e dimensão material são descritos nesta nota.

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

Após o encerramento do período de relato, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação apresentada nas contas.

## 4.6.12 Instrumentos financeiros (NCP 18) – Nota 18

### 4.6.12.1 Ativos Financeiros

Tabela 25 - Ativos Financeiros

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de ativos financeiros		31/12/2023			01/06/2023*		
		Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Ativos financeiros	<b>Meios Financeiros Líquidos</b>						
	- Caixa	0,00		0,00	2 000,00		2 000,00
	- Depósitos bancários	6 121 285,22		6 121 285,22	11 525 181,25		11 525 181,25
	- Outros instrumentos financeiros a curto prazo	6 082 693,88		6 082 693,88	0,00		0,00
	<b>Ativos financeiros ao custo amortizado menos imparidade</b>						
	<b>Devedores p/ transf. sub. emp. bonif.</b>						
	- Devedores p/ transf. sub em p. bonif.	128 987,93		128 987,93	156 251,10		156 251,10
	<b>Clientes, contribuintes e utentes</b>						
	- Clientes c/c	77 835,96		77 835,96	314 699,94		314 699,94
	- Cobrança duvidosa	115 195,00	115 195,00	0,00	32 755,00	32 755,00	0,00
	<b>Outras contas a receber</b>						
	- Outros credores	1 237,50		1 237,50			0,00
<b>Participações financeiras</b>							
- Investimentos em entidades controladas	40 420,00		40 420,00	40 420,00		40 420,00	
<b>TOTAIS</b>	<b>12 567 655,49</b>	<b>115 195,00</b>	<b>12 452 460,49</b>	<b>12 071 307,29</b>	<b>32 755,00</b>	<b>12 038 552,29</b>	

\* Data correspondente à abertura da entidade CCDR Alentejo, I.P.

#### 4.6.12.1.1 Meios Financeiros Líquidos

Ao nível dos meios financeiros líquidos, no final na gerência é apurado um total de cerca de 12.204 mil euros, sendo que 6.082.693,88€ foram aplicados em certificados especiais de dívida de curto prazo (CEDIC).

Tabela 26 - Meios Financeiros Líquidos

Meios Financeiros Líquidos	31/12/2023			01/06/2023*		
	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
- Caixa	0,00		0,00	2 000,00		2 000,00
- Depósitos bancários	6 121 285,22		6 121 285,22	11 525 181,25		11 525 181,25
- Outros instrumentos financeiros a curto prazo	6 082 693,88		6 082 693,88			0,00
<b>TOTAIS</b>	<b>12 203 979,10</b>	<b>0,00</b>	<b>12 203 979,10</b>	<b>11 527 181,25</b>	<b>0,00</b>	<b>11 527 181,25</b>

\* Data correspondente à abertura da entidade CCDR Alentejo, I.P.

#### 4.6.12.1.2 Devedores e Clientes

Ao nível dos Devedores por Transferências, Subsídios e Empréstimos Bonificados (conta 20) e Clientes (conta 21) verifica-se um saldo devedor total de 206.823,89€, considerando as imparidades reconhecidas, as quais totalizam 115.195,00€.

Tabela 27 - Devedores e Clientes

Clientes	31/12/2023			01/06/2023*		
	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
<b>Devedores por transferências, subsídios e empréstimos bonif.</b>	<b>128 987,93</b>	<b>0,00</b>	<b>128 987,93</b>	<b>156 251,10</b>	<b>0,00</b>	<b>156 251,10</b>
- Devedores p/ transf. sub em p. bonif.	128 987,93		128 987,93	156 251,10		156 251,10
<b>Clientes, contribuintes e utentes</b>	<b>193 030,96</b>	<b>115 195,00</b>	<b>77 835,96</b>	<b>347 454,94</b>	<b>32 755,00</b>	<b>314 699,94</b>
- Clientes c/c	77 835,96		77 835,96	314 699,94		314 699,94
- Cobrança duvidosa	115 195,00	115 195,00	0,00	32 755,00	32 755,00	0,00
<b>TOTAIS</b>	<b>322 018,89</b>	<b>115 195,00</b>	<b>206 823,89</b>	<b>503 706,04</b>	<b>32 755,00</b>	<b>470 951,04</b>

Os devedores de transferências e subsídios representam os pedidos de pagamento de cada um dos projetos indicados (a data o valor de 128.987,93€) e que ainda não foram recebidos.

Tabela 28 - Discriminação dos Devedores

Operação	Descrição	31/12/2023	01/06/2023*
ALT20-09-5864-FSE-000001	Rede SIG		0,01
ALT20-09-5762-FSE-000027 PA	SAMA - Capacitação		98 111,52
0755_ATLAZUL_6_E	Atlazul	28 693,63	
ALT20-09-5864-FSE-000004	Guardiões	21 812,60	5 210,77
AT_ALTENTEJO_POCTEP	Assistência Técnica do POCTEP	40 926,76	
0548_GITEUROACE_2030_4_E	GIT EUROACE	18 732,74	42 154,64
0523_GIT-EURO_AAA_POST_2020_5	GIT EUROAAA	18 822,20	10 774,16
<b>Totais</b>		<b>128 987,93</b>	<b>156 251,10</b>

\* Data correspondente à abertura da entidade CCDR Alentejo, I.P.

#### 4.6.12.1.3 Outras contas a receber

O valor expresso em outros devedores diz respeito a um pagamento indevido para um organismo do Estado, sendo que foi solicitada a devolução desse valor, não tendo a mesma ocorrido até ao encerramento da gerência.

Tabela 29 - Outras contas a receber

Outras contas a receber	31/12/2023			01/06/2023*		
	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
- Outros devedores	1 237,50		1 237,50	0,00		0,00
<b>TOTAIS</b>	<b>1 237,50</b>	<b>0,00</b>	<b>1 237,50</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

\* Data correspondente à abertura da entidade CCDR Alentejo, I.P.

#### 4.6.12.1.4 Investimentos Financeiros

Ao nível dos investimentos financeiros, verifica-se as duas participações existentes em nome da CCDR Alentejo, I.P.

Tabela 30 - Participações Financeiras

Participações Financeiras	31/12/2023			01/06/2023*		
	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
- Investimentos noutras entidades	40 420,00		40 420,00	40 420,00		40 420,00
<b>TOTAIS</b>	<b>40 420,00</b>	<b>0,00</b>	<b>40 420,00</b>	<b>40 420,00</b>	<b>0,00</b>	<b>40 420,00</b>

\* Data correspondente à abertura da entidade CCDR Alentejo, I.P.

As participações financeiras são:

Participações de capital	31/12/2023	1/6/2023*
<b>Participações Sociais</b>		
- ADRAL - Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo, S.A.	39 920,00	39 920,00
- ACPMR - Associação Cluster Portugal Mineral Resources	500,00	500,00
<b>Totais</b>	<b>40 420,00</b>	<b>40 420,00</b>

\* Data correspondente à abertura da entidade CCDR Alentejo, I.P.

## 4.6.12.2 Passivos Financeiros

Tabela 31 - Passivos Financeiros

Conta		31/12/2023	1/6/2023*
<b>22</b>	<b>Fornecedores</b>	<b>32 939,57</b>	<b>0,00</b>
	- Fornecedores - faturas em receção e conferência	32 939,57	0,00
<b>24</b>	<b>Estado e outros entes públicos</b>	<b>2 447,20</b>	<b>1 030,40</b>
<b>27</b>	<b>Outras contas a pagar</b>	<b>8 288 443,47</b>	<b>6 508 396,05</b>
	- <b>Fornecedores de investimento</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
2712	- Faturas em receção e conferência	0,00	0,00
	- <b>Credores p/ acréscimos</b>	<b>2 203 152,03</b>	<b>1 542 936,33</b>
27221	- Remunerações a liquidar	2 187 011,02	1 542 936,33
27222	- Outros acréscimos	16 141,01	0,00
277	- <b>Cauções</b>	<b>374 702,63</b>	<b>367 079,59</b>
	- <b>Outros Credores</b>	<b>5 710 588,81</b>	<b>4 598 380,13</b>
27892	- Outros credores	5 710 588,81	4 598 380,13
<b>28</b>	<b>Diferimentos</b>	<b>128 987,93</b>	<b>3 720 036,08</b>
2821	- Transferências e subsídios correntes obtidos c/ condições	128 987,93	3 720 036,08
<b>TOTAL</b>		<b>8 452 818,17</b>	<b>10 229 462,53</b>

\* Data correspondente à abertura da entidade CCDR Alentejo, I.P.

### 4.6.12.2.1 Fornecedores

Relativamente às dívidas a fornecedores, à data de encerramento da gerência o saldo no que diz respeito às contas correntes era nulo. Relativamente a faturas em processo de conferência, o valor ascende aos 32.939,57€.

Conta		31/12/2023	1/6/2023*
<b>22</b>	<b>Fornecedores</b>		
221	- Fornecedores - c/c	0,00	0,00
225	- Fornecedores - faturas em receção e conferência	32 939,57	0,00
<b>TOTAL</b>		<b>32 939,57</b>	<b>0,00</b>

\* Data correspondente à abertura da entidade CCDR Alentejo, I.P.

### 4.6.12.2.2 Estado e outros entes públicos a pagar

Relativamente a dívidas ao Estado, a única dívida diz respeito ao IVA, o qual será entregue, conforme legalmente determinado, no ano de 2024.

Conta		31/12/2023	1/6/2023*
<b>24</b>	<b>Estado e outros entes públicos</b>		
243	Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	2 447,20	1 030,40
<b>TOTAL</b>		<b>2 447,20</b>	<b>1 030,40</b>

\* Data correspondente à abertura da entidade CCDR Alentejo, I.P.

#### 4.6.12.2.3 Outras contas a pagar

Conta		31/12/2023	1/6/2023*
<b>27</b>	<b>Outras contas a pagar</b>		
	- <b>Fornecedores de investimento</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
2712	- Faturas em receção e conferência		
	- <b>Credores p/ acréscimos de gastos</b>	<b>2 203 152,03</b>	<b>1 542 936,33</b>
27221	- Remunerações a liquidar	2 187 011,02	1 542 936,33
27222	- Outros acréscimos	16 141,01	
277	- <b>Cauções</b>	<b>374 702,63</b>	<b>367 079,59</b>
	- <b>Outros Credores</b>	<b>5 710 588,81</b>	<b>4 598 380,13</b>
27892	- Outros credores	5 710 588,81	4 598 380,13
<b>TOTAL</b>		<b>8 288 443,47</b>	<b>6 508 396,05</b>

\* Data correspondente à abertura da entidade CCDR Alentejo, I.P.

Considerando os valores de outros credores, importa sublinhar a composição do valor, conforme quadro seguinte, do qual se destaca: (i) os 3.760.000,00€ referentes ao valor mencionado no ponto 4.6.10.2; (ii) os 1.211.343,85€ referentes ao valor que a CCDR Alentejo, I.P. tem de devolver, pois diz respeito a um adiantamento do Programa Operacional Alentejo 2020 por conta do atraso na aprovação da candidatura do Programa Operacional Regional Alentejo 2030.

Descrição	31/12/2023	1/6/2023*
Transação Edifício	3 760 000,00	3 760 000,00
AD&C - Programa Operacional	1 211 343,85	0,00
Auroral	612 141,40	612 141,40
Fundo Ambiental	83 358,00	164 035,77
Autoridade Tributária e Aduaneira	18 524,00	36 091,28
Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social	9 485,51	
Guarda Nacional Republicana	14 618,55	24 206,68
Instituto de Conservação da Natureza e Florestas	1 117,50	1 410,00
Outros		495,00
<b>Total</b>	<b>5 710 588,81</b>	<b>4 598 380,13</b>

\* Data correspondente à abertura da entidade CCDR Alentejo, I.P.

#### 4.6.12.2.4 Diferimentos-passivo

O valor apresentado dos 128.987,93€ é respeitante aos pedidos de pagamento que se encontram em validação nas respetivas entidades financiadoras, os quais se consideram rendimentos a reconhecer.

Conta		31/12/2023	1/6/2023*
<b>28</b>	<b>Diferimentos</b>		
2821	- Transferências e subsídios correntes obtidos c/ condições	128 987,93	3 720 036,08
<b>TOTAL</b>		<b>128 987,93</b>	<b>3 720 036,08</b>

\* Data correspondente à abertura da entidade CCDR Alentejo, I.P.

#### 4.6.12.3 Variações no património líquido

As alterações no património líquido por naturezas, ocorreu nos termos seguintes:

Tabela 32 - Variações do património líquido

Rúbricas	1/6/2023*	Aplicação dos resultados	Resultado do período	31/12/2023
<b>56 - Resultados transitados</b>	<b>3 993 905,41</b>	<b>(1 788 908,85)</b>		<b>2 204 996,56</b>
- Resultados transitados	5 200 587,68	(1 788 908,85)		3 411 678,83
- Ajustamentos de transição para o SNC-AP	(1 206 682,27)			(1 206 682,27)
<b>81 - Resultado líquido do período</b>	<b>(1 788 908,85)</b>	<b>1 788 908,85</b>	<b>2 457 941,56</b>	<b>2 457 941,56</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2 204 996,56</b>	<b>0,00</b>	<b>2 457 941,56</b>	<b>4 662 938,12</b>

\* Data correspondente à abertura da entidade CCDR Alentejo, I.P.

As movimentações ocorridas resultam de:

- Balancete de início de atividade da CCDR Alentejo, I.P. com início a 1 de junho de 2023, o qual reflete os resultados transitados da CCDR Alentejo que lhe precede;
- Reconhecimento do resultado líquido do período até 31 de dezembro de 2023.

#### 4.6.13 Benefícios dos empregados (NCP 19)

Considerando o disposto na NCP19, os benefícios aos empregados por via das remunerações e outras obrigações, totalizam 5.521.471,76€, o que representa cerca de 77% do total de custos da gerência.

#### 4.6.14 Outras Divulgações – Nota 30

##### 4.6.14.1 Gastos e Perdas

Os “gastos e perdas” do período de 1 de junho de 2023 (correspondente ao início de atividade da CCDR Alentejo, I.P.) até 31 de dezembro de 2023 totalizam os seguintes valores:

Gastos e Perdas	31/12/2023*	
Transferências e subsídios concedidos	127 310,34	1,78%
Fornecimentos e serviços externos	1 235 548,40	17,27%
Gastos com o pessoal	5 521 471,76	77,17%
Gastos de depreciação e de amortização	135 283,35	1,89%
Perdas por imparidade	115 195,00	1,61%
Outros gastos	20 026,46	0,28%
<b>Totais</b>	<b>7 154 835,31</b>	<b>100,00%</b>

\*Os valores apurados correspondente ao período decorrido entre a abertura da entidade CCDR Alentejo, I.P. (1/6/2023) e 31/12/2023

##### 4.6.14.1.1 Transferências e Subsídios Concedidos

As transferências e subsídios concedidos encontram-se discriminados no mapa seguinte e expressam as seguintes entidades e valores.

Conta		31/12/2023*
<b>601</b>	<b>Transferências correntes concedidas</b>	<b>116 560,12</b>
	- Municipio de Nisa	116 239,83
	- Famílias	320,29
<b>604</b>	<b>Transferências de capital concedidas</b>	<b>10 750,22</b>
	- Outros	10 750,22
<b>Totais</b>		<b>127 310,34</b>

\*Os valores apurados correspondente ao período decorrido entre a abertura da entidade CCDR Alentejo, I.P. (1/6/2023) e 31/12/2023

#### 4.6.14.1.2 Fornecimento e Serviços Externos

Esta componente dos gastos, durante o período de 1/6/2023 a 31/12/2023, apresenta-se conforme segue.

Gastos e Perdas		31/12/2023*	
<b>622</b>	<b>Serviços especializados</b>	<b>886 126,51</b>	<b>71,72%</b>
	- Trabalhos especializados	805 190,98	65,17%
	- Publicidade, comunicação e imagem	37 730,47	3,05%
	- Vigilância e segurança	31 149,68	2,52%
	- Conservação e reparação	12 055,38	0,98%
<b>623</b>	<b>Materiais de consumo</b>	<b>16 687,33</b>	<b>1,35%</b>
	- Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	25,83	0,00%
	- Livros e documentação técnica	437,66	0,04%
	- Material de escritório	249,53	0,02%
	- Artigos para oferta	5 412,00	0,44%
	- Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pes	306,89	0,02%
	- Outros fornecimentos e serviços	10 255,42	0,83%
<b>624</b>	<b>Energia e fluídos</b>	<b>111 469,97</b>	<b>9,02%</b>
	- Eletricidade	75 284,83	6,09%
	- Combustíveis e lubrificantes	33 894,37	2,74%
	- Água	2 290,77	0,19%
<b>625</b>	<b>Deslocações, estadas e transportes</b>	<b>41 044,18</b>	<b>3,32%</b>
	- Deslocações e estadas	29 322,79	2,37%
	- Transportes de pessoal	11 721,39	0,95%
<b>626</b>	<b>Serviços diversos</b>	<b>180 220,41</b>	<b>14,59%</b>
	- Rendas e alugueres	49 803,16	4,03%
	- Comunicação	14 831,97	1,20%
	- Seguros	1 178,33	0,10%
	- Despesas de representação dos serviços	16 477,91	1,33%
	- Limpeza, higiene e conforto	53 348,51	4,32%
	- Outros serviços	44 580,53	3,61%
<b>Totais</b>		<b>1 235 548,40</b>	<b>100,00%</b>

\*Os valores apurados correspondente ao período decorrido entre a abertura da entidade CCDR Alentejo, I.P. (1/6/2023) e 31/12/2023

#### 4.6.14.1.3 Gastos com Pessoal

Esta componente dos gastos, durante o período de 1/6/2023 a 31/12/2023, apresenta-se conforme segue.

Gastos e Perdas		31/12/2023*	
<b>63</b>	<b>Gastos com o pessoal</b>		
<b>630</b>	<b>Remunerações órgãos Dirigentes</b>	<b>7 965,12</b>	<b>0,14%</b>
	- Remunerações certas e permanentes	7 965,12	0,14%
	- Abonos variáveis ou eventuais		0,00%
<b>631</b>	<b>Remunerações Órgãos Sociais e Gestão</b>	<b>163 607,75</b>	<b>2,96%</b>
	- Remunerações certas e permanentes	162 258,60	2,94%
	- Abonos variáveis ou eventuais	1 349,15	0,02%
<b>632</b>	<b>Remunerações do pessoal</b>	<b>4 261 190,31</b>	<b>77,17%</b>
	<b>- Remunerações certas e permanentes</b>	<b>4 216 831,82</b>	<b>76,37%</b>
	- Remunerações base	2 641 712,62	47,84%
	- Subsídios de Férias	1 094 723,59	19,83%
	- Subsídios de Natal	234 245,46	4,24%
	- Despesas de representação	101 139,28	1,83%
	- Subsídio de refeição	144 194,46	2,61%
	- Gratificações	816,41	0,01%
	<b>- Abonos variáveis ou eventuais</b>	<b>44 358,49</b>	
	- Ajudas de custo	14 088,77	0,26%
	- Trabalho extraordinário	23 745,46	0,43%
	- Abono para falhas	1 047,41	0,02%
	- Outros suplementos	5 476,85	0,10%
<b>633</b>	<b>Benefícios pós-emprego</b>	<b>4 540,39</b>	<b>0,08%</b>
<b>634</b>	<b>Indeminizações</b>	<b>18 040,23</b>	<b>0,33%</b>
<b>635</b>	<b>Encargos s/ Remunerações</b>	<b>1 029 095,43</b>	<b>18,64%</b>
<b>638</b>	<b>Outros gastos com o pessoal</b>	<b>199,50</b>	<b>0,00%</b>
<b>639</b>	<b>Outros encargos sociais</b>	<b>36 833,03</b>	<b>0,67%</b>
<b>Totais</b>		<b>5 521 471,76</b>	<b>100,00%</b>

\*Os valores apurados correspondente ao período decorrido entre a abertura da entidade CCDR Alentejo, I.P. (1/6/2023) e 31/12/2023

#### 4.6.14.2 Rendimentos e Ganhos

A totalidade dos rendimentos e ganhos, classificados por naturezas, ascenderam aos seguintes montantes:

Rendimentos e Ganhos	31/12/2023*	
Impostos, contribuições e taxas	1 603 512,06	16,68%
Prestações de serviços e concessões	50 530,53	0,53%
Transferências e subsídios correntes obtidos	7 958 045,78	82,79%
Outros rendimentos	688,50	0,01%
<b>Totais</b>	<b>9 612 776,87</b>	<b>100,00%</b>

\*Os valores apurados correspondente ao período decorrido entre a abertura da entidade CCDR Alentejo, I.P. (1/6/2023) e 31/12/2023

## Transferências e subsídios correntes obtidos

Conta		31/12/2023*
<b>75</b>	<b>Transferências e subsídios correntes obtidos</b>	
<b>751</b>	<b>Transferências correntes</b>	<b>7 958 045,78</b>
	- Ministério da Coesão Territorial	1 835 263,71
	- Financiamento Comunitário	5 904 360,60
	- Instituto Nacional de Administração, I.P.	218 421,47
<b>Total</b>		<b>7 958 045,78</b>

\*Os valores apurados correspondente ao período decorrido entre a abertura da entidade CCDR Alentejo, I.P. (1/6/2023) e 31/12/2023

### 4.6.14.3 Resultado Líquido

Considerando o apuramento dos rendimentos e gastos, no período decorrido entre 1/6/2023 e 31/12/2023, o resultado líquido do exercício é de 2.457.941,56€.

Conta	Descrição	31/12/2023*		
		Débito	Crédito	Peso
<b>GASTOS</b>				
60	Transferências e subsídios concedidos	127 310,34		1,78%
61	Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas			0,00%
62	Fornecimentos e Serviços Externos	1 235 548,40		17,27%
63	Gastos com o Pessoal	5 521 471,76		77,17%
64	Gastos de Depreciação e de Amortização	135 283,35		1,89%
65	Perdas por Imparidade	115 195,00		1,61%
66	Perdas por Reduções de Justo Valor			0,00%
67	Provisões do Período			0,00%
68	Outros Gastos	20 026,46		0,28%
69	Gastos por Juros e Outros Encargos			0,00%
<b>Totais</b>		<b>7 154 835,31</b>	<b>0,00</b>	<b>100,00%</b>
<b>RENDIMENTOS</b>				
70	Impostos, Contribuições e Taxas		1 603 512,06	16,68%
71	Vendas			0,00%
72	Prestações de serviços e concessões		50 530,53	0,53%
73	Variações nos Inventários da Produção			0,00%
74	Trabalhos para a Própria Entidade			0,00%
75	Transferências e subsídios correntes obtidos		7 958 045,78	82,79%
76	Reversões			0,00%
77	Ganhos por Aumento de Justo Valor			0,00%
78	Outros Rendimentos		688,50	0,01%
79	Juros, Dividendos e Outros Rendimentos Similares			0,00%
<b>Totais</b>		<b>0,00</b>	<b>9 612 776,87</b>	<b>100,00%</b>
81	Resultado Líquido do Período		<b>2 457 941,56</b>	

\*Os valores apurados correspondente ao período decorrido entre a abertura da entidade CCDR Alentejo, I.P. (1/6/2023) e 31/12/2023

## 5. Demonstrações Orçamentais

### 5.1 Demonstrações de Relato Individual



## 5.1.2 Demonstração de execução orçamental da receita



### Demonstração da Execução Orçamental da Receita no ano de 2023

CCDR, L.P. - N.º 15178/2004  
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, L.P.  
Av. Eng. António de Oliveira, s.º 103  
7004-514 Évora  
geral@ccdr-alentejo.pt

Valores em Euro €

Classificação orçamental detalhada	Previsões corrigidas	Previsões por liquidar	Receitas por cobrar de períodos anteriores	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e restituições		Receitas cobradas líquidas			Receitas por cobrar no final período	Liquidações de períodos futuros				
							Embitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total		(n + 1)	(n + 2)	(n + 3)	(n + 4)	Períodos seguintes
<b>Receita Corrente</b>	<b>8 372 539,00</b>	<b>2 695 521,90</b>	<b>122 916,90</b>	<b>7 602 522,30</b>	<b>1 389 524,19</b>	<b>7 041 876,16</b>	<b>1 402 055,54</b>	<b>190 711,69</b>	<b>23 204,99</b>	<b>6 827 961,50</b>	<b>6 821 166,49</b>	-	-	-	-	-	-
81 - Receita Fiscal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
81.1 - Impostos diretos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
81.2 - Impostos indiretos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
82 - Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
83 - Taxas, multas e outras penalidades	2 010 136,00	276 182,96	120 440,96	1 622 068,11	18 556,05	1 664 737,62	54 503,01	54 503,01	19 498,55	1 596 725,06	1 610 234,61	-	-	-	-	-	-
84 - Rendimentos de propriedade	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
85 - Transferências e subsídios correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
85.1 - Transferências correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
85.1.1 - Administração Pública	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
85.1.1.1 - Administração Central - Estado Português	1 867 767,00	153 408,50	-	1 714 357,50	-	1 714 357,50	-	-	-	1 714 357,50	1 714 357,50	-	-	-	-	-	-
85.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades	25 794,00	25 794,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
85.1.1.3 - Segurança Social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
85.1.1.4 - Administração Regional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
85.1.1.5 - Administração Local	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
85.1.2 - Exterior - U E	4 383 539,00	2 110 940,96	-	3 612 150,55	1 347 552,53	3 612 150,55	1 347 552,53	136 208,68	-	3 475 947,87	3 475 947,87	-	-	-	-	-	-
85.1.2 - Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
85.2 - Subsídios correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
86 - Venda de bens e serviços	86 333,00	31 224,53	4 577,94	53 945,14	3 415,61	50 623,51	-	-	3 705,44	46 927,07	50 623,51	-	-	-	-	-	-
87 - Outras receitas correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Receita de Capital</b>	<b>467 794,00</b>	<b>182 046,57</b>	-	<b>285 732,43</b>	-	<b>285 732,43</b>	-	-	-	<b>285 732,43</b>	<b>285 732,43</b>	-	-	-	-	-	-
88 - Venda de bens de investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
89 - Transferências e subsídios de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
89.1 - Transferências de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
89.1.1 - Administração Pública	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
89.1.1.1 - Administração Central - Estado Português	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
89.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades	5 900,00	5 900,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
89.1.1.3 - Segurança Social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
89.1.1.4 - Administração Regional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
89.1.1.5 - Administração Local	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
89.1.2 - Exterior - U E	390 326,00	175 113,19	-	185 212,81	-	185 212,81	-	-	-	185 212,81	185 212,81	-	-	-	-	-	-
89.1.2 - Outros	99 822,00	0,88	-	99 821,12	-	99 821,12	-	-	-	99 821,12	99 821,12	-	-	-	-	-	-
89.2 - Subsídios de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
89.3 - Outras receitas de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
89.3.1 - Reposições não abutidas aos pagamentos	1 740,00	1 051,50	-	688,50	-	688,50	-	-	-	688,50	688,50	-	-	-	-	-	-
89.3.2 - Receita com ativos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
89.3.3 - Receita com passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo de gestão anterior</b>	<b>6 041 818,00</b>	<b>3 379 915,80</b>	-	<b>6 041 799,30</b>	<b>3 379 897,40</b>	<b>6 041 799,30</b>	<b>3 379 897,40</b>	<b>3 379 897,40</b>	-	<b>2 661 902,20</b>	<b>2 661 902,20</b>	-	-	-	-	-	-
801 - Operações Orçamentais [1]	6 041 818,00	3 379 915,80	-	6 041 799,30	3 379 897,40	6 041 799,30	3 379 897,40	3 379 897,40	-	2 661 902,20	2 661 902,20	-	-	-	-	-	-
802 - Desvinculação do saldo oper. orçamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
803 - Operações de tesouraria [2]	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
804 - Realimento do saldo desvincido por terceiros entidades	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>14 883 155,00</b>	<b>6 167 602,36</b>	<b>122 916,90</b>	<b>13 320 054,33</b>	<b>4 740 421,59</b>	<b>13 388 416,21</b>	<b>4 781 902,94</b>	<b>3 570 609,09</b>	<b>23 204,99</b>	<b>9 775 196,13</b>	<b>9 798 961,12</b>	-	-	-	-	-	-



## 5.1.4 Demonstração de execução do plano plurianual de investimentos

A CCDR Alentejo não dispõe de Plano Plurianual de Investimentos.

## 5.2 Anexo às demonstrações orçamentais

### 5.2.1 Alterações orçamentais da receita

Rubricas	Tipo	Receita				Previsões corrigidas (7)=(3)+(4)-(5)+(6)	Observações (8)
		Previsões iniciais (3)	Alterações orçamentais				
(1)	(2)	(3)	Inscrições/ Reforços (4)	Diminuições/ Anulações (5)	Créditos especiais (6)	(7)=(3)+(4)-(5)+(6)	(8)
R11	P	964,00	776,00	-	-	1.740,00	
R14	P	-	6.041.818,00	-	-	6.041.818,00	
R3	P	2.017.436,00	99.700,00	107.000,00	-	2.010.136,00	
R5	P/M	6.334.627,00	3.814.834,00	3.928.541,00	56.150,00	6.277.070,00	
R5.1	P	4.435.196,00	3.814.834,00	3.922.641,00	56.150,00	4.383.539,00	
R5.1.1	P/M	1.899.431,00	-	5.900,00	-	1.893.531,00	
R5.1.1.1	P	1.867.767,00	-	-	-	1.867.767,00	
R5.1.1.2	P	31.664,00	-	5.900,00	-	25.764,00	
R5.1.2	P	4.435.196,00	3.814.834,00	3.922.641,00	56.150,00	4.383.539,00	
R6	P	79.033,00	7.300,00	-	-	86.333,00	
R9	P/M	253.295,00	347.931,00	235.000,00	99.832,00	466.058,00	
R9.1	P/M	253.295,00	342.031,00	235.000,00	99.832,00	460.158,00	
R9.1.1	P	-	5.900,00	-	-	5.900,00	
R9.1.1.2	P	-	5.900,00	-	-	5.900,00	
R9.1.2	P	253.295,00	342.031,00	235.000,00	-	360.326,00	
R9.1.3	P	-	-	-	99.832,00	99.832,00	
<b>Total</b>		<b>8.685.355,00</b>	<b>10.312.359,00</b>	<b>4.270.541,00</b>	<b>155.982,00</b>	<b>14.883.155,00</b>	

## 5.2.2 Alterações orçamentais da despesa

Rubricas (1)	Tipo (2)	Despesa				Observações (8)	
		Dotações iniciais (3)	Alterações orçamentais				Dotações corrigidas (7)=(3)+(4)-(5)+(6)
			Inscrições/ Reforços (4)	Diminuições/ Anulações (5)	Créditos especiais (6)		
D1	P/M	4.580.786,00	5.094.657,00	3.618.376,00	-	6.057.067,00	
D1.1	P	3.609.982,00	4.224.001,00	2.980.224,00	-	4.853.759,00	
D1.2	P	116.933,00	83.111,00	76.254,00	-	123.790,00	
D1.3	P	853.871,00	787.545,00	561.898,00	-	1.079.518,00	
D2	P	3.618.545,00	1.183.839,00	2.263.191,00	-	2.539.193,00	
D4	P	3.559.620,00	400,00	4.400,00	56.150,00	3.611.770,00	
D4.1	P	27.568,00	400,00	4.400,00	-	23.568,00	
D4.1.1	P	3.532.052,00	-	-	56.150,00	3.588.202,00	
D4.1.1.5	P	3.532.052,00	-	-	56.150,00	3.588.202,00	
D4.1.3	P	-	400,00	-	-	400,00	
D4.1.4	P	27.568,00	-	4.400,00	-	23.168,00	
D5	P	5.130,00	83.369,00	71.969,00	-	16.530,00	
D6	P	734.536,00	418.450,00	402.718,00	-	750.268,00	
D7	P	-	-	-	99.832,00	99.832,00	
D7.1	P	-	-	-	99.832,00	99.832,00	
D7.1.4	P	-	-	-	99.832,00	99.832,00	
<b>Total</b>		<b>12.498.617,00</b>	<b>6.780.715,00</b>	<b>6.360.654,00</b>	<b>155.982,00</b>	<b>13.074.660,00</b>	

## 5.2.3 Alterações ao plano plurianual de investimentos

Não aplicável.

## 5.2.4 Transferências da receita

Tipo de receita		Disposições legais	Finalidade	Entidade financiadora	Receita prevista	Receita recebida	Receita prevista e não recebida	Devolução de transferências / subsídios ocorrida no exercício	Observações	
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6) = (4) - (5)	(7)	(8)	
Transferências correntes	0603019999			Direção Geral do Orçamento	-	1 675 600,50 €	(1 675 600,50 €)	-		
		<b>Total da rubrica 0603019999</b>				-	<b>1 675 600,50 €</b>	<b>(1 675 600,50 €)</b>	-	
	0603050199			Direção Geral do Orçamento	-	38 757,00 €	(38 757,00 €)	-		
		<b>Total da rubrica 0603050199</b>				-	<b>38 757,00 €</b>	<b>(38 757,00 €)</b>	-	
	0609010199			Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.	-	1 290 636,87 €	(1 290 636,87 €)	-		
				DGAEP-Direcção Geral da Administração e do Emprego Público	-	77 223,49 €	(77 223,49 €)	-		
				Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social	-	2 835,88 €	(2 835,88 €)	-		
				Instituto Politécnico de Portalegre	-	6 165,88 €	(6 165,88 €)	-		
				Kouvola Innovation, Oy	-	10 210,98 €	(10 210,98 €)	-		
	<b>Total da rubrica 0609010199</b>				-	<b>1 387 073,10 €</b>	<b>(1 387 073,10 €)</b>	-		
	0609010299			Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.	-	89 426,19 €	(89 426,19 €)	-		
		<b>Total da rubrica 0609010299</b>				-	<b>89 426,19 €</b>	<b>(89 426,19 €)</b>	-	
	0609010399			Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.	-	284 435,99 €	(284 435,99 €)	-		
				Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social	-	1 596 743,49 €	(1 596 743,49 €)	-		
				Instituto Politécnico de Portalegre	-	2 023,27 €	(2 023,27 €)	-		
	<b>Total da rubrica 0609010399</b>				-	<b>1 883 202,75 €</b>	<b>(1 883 202,75 €)</b>	-		
	0609010578			Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.	-	116 239,83 €	(116 239,83 €)	136 208,68 €		
		<b>Total da rubrica 0609010578</b>				-	<b>116 239,83 €</b>	<b>(116 239,83 €)</b>	<b>136 208,68 €</b>	
	<b>Total Transferências correntes</b>					-	<b>5 190 299,37 €</b>	<b>(5 190 299,37 €)</b>	<b>136 208,68 €</b>	

Tipo de receita	Disposições legais	Finalidade	Entidade financiadora	Receita prevista	Receita recebida	Receita prevista e não recebida	Devolução de transferências / subsídios ocorrida no exercício	Observações	
									(1)
Transferências de capital	1001029999		Direção Geral do Orçamento	-	99 831,12 €	(99 831,12 €)	-		
		<b>Total da rubrica 1001029999</b>			-	<b>99 831,12 €</b>	<b>(99 831,12 €)</b>	-	
	1009010199		Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social	-	11 644,41 €	(11 644,41 €)	-		
		<b>Total da rubrica 1009010199</b>			-	<b>11 644,41 €</b>	<b>(11 644,41 €)</b>	-	
	1009010399		Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.	-	173 568,40 €	(173 568,40 €)	-		
		<b>Total da rubrica 1009010399</b>			-	<b>173 568,40 €</b>	<b>(173 568,40 €)</b>	-	
	<b>Total Transferências de capital</b>				-	<b>285 043,93 €</b>	<b>(285 043,93 €)</b>	-	
	<b>Total</b>				-	<b>5 475 343,30 €</b>	<b>(5 475 343,30 €)</b>	<b>136 208,68 €</b>	

## 5.2.5 Transferência da despesa

Tipo de despesa		Disposições legais	Finalidade	Entidade	Despesas orçamentadas	Despesas autorizadas	Despesas pagas	Despesas autorizadas e não pagas	Devolução de transferências/subsídios ocorrida no exercício	Observações
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7) = (5) - (6)	(8)	(9)
Transferências capital	0801020000			Gilberto Luis Mendes Carapinha	-	10 750,22 €	10 750,22 €	-	-	
	<b>Total da rubrica 0801020000</b>				-	10 750,22 €	10 750,22 €	-	-	
	<b>Total Transferências capital</b>				-	10 750,22 €	10 750,22 €	-	-	
Transferências correntes	040501B001			Município de Nisa	-	116 239,83 €	116 239,83 €	-	-	
	<b>Total da rubrica 040501B001</b>				-	116 239,83 €	116 239,83 €	-	-	
	040802B0			Vencimentos	-	320,29 €	320,29 €	-	-	
	<b>Total da rubrica 040802B0</b>				-	320,29 €	320,29 €	-	-	
<b>Total Transferências correntes</b>				-	116 560,12 €	116 560,12 €	-	-		
<b>Total</b>				-	127 310,34 €	127 310,34 €	-	-		

## 5.2.6 Operações de tesouraria

Código das contas	Saldo inicial (1)	Recebimentos (2)	Pagamentos (3)	Saldo final (1)+(2)-(3)
07.1.1 / 07.2.1 - Recebimentos / pagamentos por Intermediação de fundos	97.438,25 €	-	-	97.438,25 €
07.1.3 / 07.2.3 - Constituição e reforço/devolução de cauções e garantias	334.055,82 €	7.623,04 €	-	341.678,86 €
07.1.9 / 07.2.9 - Outras receitas/despesas de operações tesouraria	5.053.887,58 €	4.529.519,11 €	1.024.915,04 €	8.558.491,65 €
<b>Total</b>	<b>5.485.381,65 €</b>	<b>4.537.142,15 €</b>	<b>1.024.915,04 €</b>	<b>8.997.608,76 €</b>

## 5.2.7 Contratação administrativa – Situação dos Contratos

Entidade	Contrato								Procedimentos de Contratação	Visto do Tribunal de Contas		MECP	Contratos adicionais	Contratos COVID-19	Comunicação ao Tribunal de Contas		Data de 1ª	Pagamentos no período					Pagamentos acumulados					Observações
	Denominação	NIPC	Tipo	Objeto	ID	Data	Valor do contrato	Preço contratual		Prazo de execução	Início de execução (física)				Nº registo	Data		Lei n.º 30/2021	Número do registo	Data	pagamento - início da execução financeira	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	
Konica Minolta Business Solutions Portugal Unipessoal Lda.	50210070	Aquisição de bens	Aquisição de Equipamentos e Serviços para Implementação de Infraestrutura Informática da CCDR Alentejo, L.P.		2023-10-12	257066,81	257066,810	30	2023-10-12	Concurso Público		Não	Não	Não	0	2023-12-28	257066,810	0,000	0,000	0	0,000	257066,810	0,000	0,000	0	0		
Filedoc Software - Soluções Informáticas Lda.	510305710	Aquisição de serviços	Serviços de Manutenção de Software e Assistência Técnica Filedoc		2023-01-01	22361,4	22361,400	1095	2023-01-01	Ajuste Direto		Não	Não	Não	0	2023-05-17	7453,800	0,000	0,000	0	0,000	7453,800	0,000	0,000	0	0		
Lease Plan Portugal - Comércio e Aluguer Automóveis e Equipamentos Unipessoal Lda.	502167610	Aquisição de bens	Contratação de 1 veículo "LP Médio Inferior Eléctrico", em regime de aluguer operacional		2023-01-25	23911,2	23911,200	1096	2023-01-25	Consulta Prévia		Não	Não	Não	0	2023-03-14	7306,070	0,000	0,000	0	0,000	9405,500	0,000	0,000	0	0		
Quidgest - Consultores de Gestão S.A.	501989978	Aquisição de serviços	Aquisição de Serviços de Manutenção de Software e Assistência Técnica SINCIAP		2023-01-01	91460,34	91460,340	1095	2023-01-01	Ajuste Direto		Não	Não	Não	0	2023-05-22	30486,800	0,000	0,000	0	0,000	35659,820	0,000	0,000	0	0		
Gonçalo de Jesus Radaloo Roxo	164282610	Aquisição de serviços	Serviços de Formação para o Centro Qualifica AP da CCDR Alentejo, L.P.		2023-11-08	1500	25092,000	53	2023-11-08	Contratação exclusiva		Não	Não	Não	0	2023-12-19	250,920	0,000	0,000	0	0,000	250,920	0,000	0,000	0	0		
Maria de Fátima Esteves Izá	205504949	Aquisição de serviços	Serviços de Formação para o Centro Qualifica AP da CCDR Alentejo, L.P.		2023-03-08	8000	3300,000	298	2023-03-08	Contratação exclusiva		Não	Não	Não	0	2023-04-12	2480,000	0,000	0,000	0	0,000	3300,000	0,000	0,000	0	0		
Sa Limpá - Facility Services Lda	504458086	Aquisição de serviços	Aquisição de Serviços de Limpeza para o edifício sede da CCDR Alentejo		2022-10-01	199062,02	194964,670	1095	2022-10-01	Concurso Público		Não	Não	Não	0	2022-12-19	4866365,000	0,000	0,000	0	0,000	81175,010	0,000	0,000	0	0		
Maria José Carvalho Banha Grosso	176793143	Aquisição de serviços	Serviços de Formação para o Centro Qualifica AP da CCDR Alentejo		2023-05-03	8000	4157,400	242	2023-05-03	Contratação exclusiva		Não	Não	Não	0	2023-06-14	4157,400	0,000	0,000	0	0,000	4157,400	0,000	0,000	0	0		
Publiplanic - Produções Publicitárias Lda	506361460	Aquisição de serviços	Aquisição de serviços referente ao fornecimento e montagem do Stand da CCDR Alentejo		2023-04-04	40897,5	40897,500	240	2023-04-04	Ajuste Direto		Não	Não	Não	0	2023-07-20	40897,490	0,000	0,000	0	0,000	40897,490	0,000	0,000	0	0		
José Manuel Dias	113238020	Aquisição de serviços	Serviços de Formação para o Centro Qualifica AP da CCDR Alentejo		2023-03-08	8000	5680,140	298	2023-03-08	Contratação exclusiva		Não	Não	Não	0	2023-04-12	3736,740	0,000	0,000	0	0,000	5680,140	0,000	0,000	0	0		
Raquel Filipa da Silva Oetra	228498058	Aquisição de serviços	Aquisição de serviços de Apoio ao Pileto do Alentejo - Projeto Auroral		2022-11-24	24354	24354,000	365	2022-11-24	Consulta Prévia		Não	Não	Não	0	2022-12-28	18149,990	0,000	0,000	0	0,000	21649,990	0,000	0,000	0	0		
IV - Comércio de Equipamentos e Serviços Lda	501725717	Aquisição de serviços	Aquisição de cópia, impressão e digitalização		2023-01-01	38514,74	38328,470	1095	2023-01-01	Consulta Prévia		Não	Não	Não	0	2023-02-16	8373,580	0,000	0,000	0	0,000	12652,960	0,000	0,000	0	0		
International Car L.S.A.	515333913	Aquisição de serviços	Aluguer Operacional de 5 (cinco) viaturas por um período de 10 (dez) meses		2023-03-03	32964	32964,000	303	2023-03-03	Consulta Prévia		Não	Não	Não	0	2023-03-29	29667,600	0,000	0,000	0	0,000	32964,000	0,000	0,000	0	0		
Eva Cristina Rebocho	215508017	Aquisição de serviços	Serviços de formação para o Centro Qualifica AP da CCDR Alentejo, L.P.		2023-10-02	1500	1484,000	90	2023-10-02	Contratação exclusiva		Não	Não	Não	0	2023-11-08	1484,000	0,000	0,000	0	0,000	1484,000	0,000	0,000	0	0		
Pricewaterhousecoopers / AG - Assessoria de Gestão Lda.	504193279	Aquisição de serviços	Aquisição de serviços de implementação do Regulamento Geral de Protecção de Dados		2023-06-02	24575,4	24575,400	238	2023-06-02	Ajuste Direto		Não	Não	Não	0	2023-12-28	24575,400	24575,400	0,000	0	0,000	0,000	0,000	0,000	0	0		
Petrogal S.A.	500697270	Aquisição de serviços	Aquisição de combustíveis rodoviários ao abrigo do lote 1 do acordo quadro de fornecimento de combustíveis rodoviários		2023-01-01	47671,11	47671,110	364	2023-01-01	Consulta Prévia		Não	Não	Não	0	2023-02-17	29919,730	0,000	0,000	0	0,000	44016,490	0,000	0,000	0	0		
Ana Paula Oliveira Sequeira	181043866	Aquisição de serviços	Serviços de Formação para o Centro Qualifica AP da CCDR Alentejo		2023-06-19	8000	776,000	196	2023-06-19	Contratação exclusiva		Não	Não	Não	0	2023-08-02	776,000	0,000	0,000	0	0,000	776,000	0,000	0,000	0	0		
NOVARTI Informática Unipessoal Lda	503411302	Aquisição de bens	Aquisição de computadores portáteis		2023-06-06	31903,13	31903,130	61	2023-06-06	Consulta Prévia		Não	Não	Não	0	2023-09-14	31903,130	0,000	0,000	0	0,000	31903,130	0,000	0,000	0	0		
Carla Alexandra Gomes Vicente	227567738	Aquisição de serviços	Serviços de Formação para o Centro Qualifica AP da CCDR Alentejo		2023-03-08	8000	33382,000	298	2023-03-08	Contratação exclusiva		Não	Não	Não	0	2023-04-12	2797,000	0,000	0,000	0	0,000	33382,000	0,000	0,000	0	0		
CIDRU - Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano Lda	501748318	Aquisição de serviços	Aquisição de serviços externos no âmbito da Ação de Acompanhamento e Avaliação do Projeto constante da Rede para o Acesso a Serviços de Interesse Geral do Alentejo		2021-06-28	69899,67	69899,670	2312	2021-06-28	Consulta Prévia		Não	Não	Não	0	2022-09-05	41939,800	0,000	0,000	0	0,000	69899,670	0,000	0,000	0	0		
Noite e Dia - Vigilância Lda	502512709	Aquisição de serviços	Serviços de vigilância e segurança		2022-07-01	140173,69	140173,690	1096	2022-07-01	Concurso Público		Não	Não	Não	0	2022-08-31	46724,520	0,000	0,000	0	0,000	70086,780	0,000	0,000	0	0		
Fórum Oceano - Associação da Economia do Mar	509672763	Aquisição de serviços	Aquisição de serviços para a execução do Projeto Crescimento Azul para o Alentejo - Projeto Allianz		2023-04-21	17220	17220,000	286	2023-04-21	Ajuste Direto		Não	Não	Não	0	2023-09-07	17220,000	0,000	0,000	0	0,000	17220,000	0,000	0,000	0	0		
Decis - Sistemas de Informação SA	50320731	Aquisição de serviços	Serviços de alojamento (Housing) para Equipamentos de Informática da CCDR Alentejo		2021-01-01	35167,18	35167,180	1094	2021-01-01	Ajuste Direto		Não	Não	Não	0	2021-03-19	11920,950	0,000	0,000	0	0,000	35167,180	0,000	0,000	0	0		
Rosário Graça & Associados SROO Lda.	505779530	Aquisição de serviços	Serviços de Revisão Legal de Contas		2022-06-01	42853,32	42853,320	1490	2022-06-01	Ajuste Direto		Não	Não	Não	0	2022-08-26	7965,120	0,000	0,000	0	0,000	18780,370	0,000	0,000	0	0		
Pricewaterhousecoopers / AG - Assessoria de Gestão Lda.	504193279	Aquisição de serviços	Serviços para a adoção de medidas técnicas e organizativas destinadas ao cumprimento dos requisitos de separação previsto no Regime Jurídico da Segurança da Cibersegurança e no DL n.º 55/2022		2023-09-26	17589	17589,000	61	2023-09-26	Ajuste Direto		Não	Não	Não	0	2023-12-28	17589,000	0,000	0,000	0	0,000	17589,000	0,000	0,000	0	0		
Andrea Gioseffi	BE0781627-384	Aquisição de serviços	Aquisição de Serviços para Chief Editor no âmbito 13/2020 - Auroral		2022-04-01	80934	60101,000	1005	2022-04-01	Consulta Prévia		Não	Não	Não	0	2022-09-05	16800,000	0,000	0,000	0	0,000	38325,000	0,000	0,000	0	0		

Entidade		Contrato							Procedimentos de Contratação	Visto do Tribunal de Contas		MECP	Contratos adicionais	Contratos COVID-19	Comunicação ao Tribunal de Contas		Data do 1º pagamento - início da execução financeira	Pagamentos no período					Pagamentos acumulados					Observações
Denominação	NIPC	Tipo	Objeto	ID	Data	Valor do contrato	Preço contratual	Prazo de execução		Início de execução (fiscal)	Nº registo				Data	Lei n.º 30/2021		Número do registo	Data	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos / fornecimento e complementares	
Endesa Energia S. A.	980245974	Aquisição de serviços	Aquisição de electricidade ao abrigo do lote 6 do acordo quadro de fornecimento de energia elétrica em regime de mercado livre para Portugal Continental.		2023-01-01	190272,69	125411,380	364	2023-01-01	Consulta Prévia			Não	Não	Não	0	2023-02-16	69202,440	125411,380	0,000	0	0,000	0,000	0,000	0	0		
Oksana Zamora	686528000	Aquisição de serviços	Aquisição de serviços de apoio ao projeto Autoral		2023-06-20	19990	19990,000	194	2023-06-20	Ajuste Direto			Não	Não	Não	0	2023-10-11	17185,000	0,000	0,000	0	0,000	17185,000	0,000	0,000	0	0	
Aleixis Rafael Teixeira Soares	215868200	Aquisição de serviços	Serviços de formação para o Centro Qualifica AP da CCDR Alentejo.		2023-03-08	8000	2878,200	298	2023-03-08	Contratação exclusiva			Não	Não	Não	0	2023-12-22	2878,200	0,000	0,000	0	0,000	2878,200	0,000	0,000	0	0	
BDO & Associados SHOC Lda.	501340467	Aquisição de serviços	Aquisição de serviços externos para execução de ação de verificação no local e trabalhos de reperformance		2022-11-18	48585	48585,000	453	2022-11-18	Consulta Prévia			Não	Não	Não	0	2022-12-29	36438,750	0,000	0,000	0	0,000	48585,000	0,000	0,000	0	0	
Ana Mária Fernandes de Aguiar Alfaia	219022194	Aquisição de serviços	Serviços de coordenação do Centro Qualifica AP da CCDR Alentejo.		2023-02-06	23985	23985,000	144	2023-02-06	Ajuste Direto			Não	Não	Não	0	2023-02-24	7995,000	0,000	0,000	0	0,000	23985,000	0,000	0,000	0	0	
INETUM España SA Sucursal em Portugal	980079659	Aquisição de serviços	Aquisição de Licenciamento de Software de suporte aos Serviços		2022-01-01	270439,51	270439,510	1095	2022-01-01	Ajuste Direto			Não	Não	Não	0	2022-07-29	90146,500	0,000	0,000	0	0,000	180293,000	0,000	0,000	0	0	
AXIANSeu II Digital Consulting SA	501774360	Aquisição de serviços	Aquisição de serviços no âmbito do desenvolvimento do sistema de informação do Programa Operacional do Alentejo.		2022-06-07	354215,41	354215,410	792	2022-06-07	Concurso Público			Não	Não	Não	0	2022-10-06	106264,620	0,000	0,000	0	0,000	247950,780	0,000	0,000	0	0	
A. CIDRAIS - Gestão de Projetos e Inovação Unipessoal Lda.	515796298	Aquisição de serviços	Aquisição de serviços de consultoria para a constituição de Parcerias para a Coesão Não Urbanas		2023-09-06	14514	14514,000	201	2023-09-06	Ajuste Direto			Não	Não	Não	0	2023-12-12	14514,000	0,000	0,000	0	0,000	14514,000	0,000	0,000	0	0	
CEDRU - Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano Lda	501748318	Aquisição de serviços	Aquisição de serviços c/ vista à realização da avaliação Intercalar do Programa Operacional Regional do Alentejo 2014-2020.		2021-07-07	110380,2	110380,200	1057	2022-04-13	Concurso Público			Não	Não	Não	0	2022-05-04	77266,140	0,000	0,000	0	0,000	110380,200	0,000	0,000	0	0	

## 5.2.8 Contratação administrativa – Forma de adjudicação

Mapa de contratação administrativa entre 01/06/2023 e 31/12/2023

Tipo de contrato	Adjudicações por tipo de procedimento													
	Concurso público		Concurso limitado por prévia qualificação		Procedimento de negociação		Diálogo concorrencial		Consulta prévia		Ajuste direto		Total	
	N.º de contratos	Preço contratual	N.º de contratos	Preço contratual	N.º de contratos	Preço contratual	N.º de contratos	Preço contratual	N.º de contratos	Preço contratual	N.º de contratos	Preço contratual	N.º de contratos	Valor
Locação/aquisição de bens móveis	2	200 207,22 €	0	- €	0	- €	0	- €	0	- €	10	5 780,58 €	12	304 987,80 €
Aquisição de serviços	1	118 818,00 €	0	- €	0	- €	0	- €	13	99 240,68 €	384	340 156,06 €	398	558 214,74 €
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>418 025,22 €</b>	<b>0</b>	<b>- €</b>	<b>0</b>	<b>- €</b>	<b>0</b>	<b>- €</b>	<b>13</b>	<b>99 240,68 €</b>	<b>394</b>	<b>345 936,64 €</b>	<b>410</b>	<b>863 202,54 €</b>

## 6. Contabilidade de Gestão

### 6.1 Introdução

A contabilidade de gestão na CCDR Alentejo, I.P. encontra-se numa fase de implementação em que ainda é necessário proceder a parametrizações e normalizações, tanto ao nível do apuramento dos gastos como dos rendimentos das diversas estruturas orgânicas ou projetos desenvolvidos.

A norma de contabilidade pública 27 do SNC-AP dispõe que a contabilidade de gestão se destina a produzir informação relevante e analítica sobre custos, e sempre que se justifique, sobre rendimentos e resultados, para satisfazer uma variedade de necessidades de informação dos gestores e dirigentes públicos na tomada de decisões, designadamente nos seguintes domínios:

- No processo de elaboração de orçamentos (por exemplo, orçamentos por atividades, produtos ou serviços), nomeadamente quando se utiliza o orçamento base zero, por programas ou por objetivos;
- Nas funções de planeamento e controlo, e na justificação para um plano de redução de custos;
- Na determinação de preços, tarifas e taxas quando tal seja uma definição da entidade e cujos preços e taxas devem estar justificados pelo seu custo;
- No apuramento do custo de produção de ativos fixos ou de bens e serviços;
- Na mensuração e avaliação de desempenho (economia, eficiência, eficácia e qualidade) de programas;
- Na fundamentação económica de decisões de gestão como, por exemplo, para justificar a entrega de determinados serviços a entidades externas ou para fundamentar o valor de participação do Estado em serviços praticados a preços inferiores ao custo ou preço de mercado.

### 6.2 Balancete por Tipo de Centro de Custo

Atendendo ao apuramento dos gastos e rendimentos por centro de custo, foi possível apurar, entre 1 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2023, as tabelas seguintes.

Relativamente à estrutura orgânica, de acordo com a estrutura existente à data, importa evidenciar uma receita de cerca de 6.330 mil euros comparativamente com cerca de 3.105 mil euros de despesa processada.

Tabela 33 - Contabilidade de Gestão - Estrutura Orgânica

Centro de Custo	Despesa				Receita		Saldo em Tesouraria
	Cabimentado	Comprometido	Processado	Pago	Liquidado	Recebido	
<b>Estrutura Orgânica</b>							
PRE - Presidência	214 983,82	214 983,82	194 722,81	194 722,81	0,00	0,00	(194 722,81)
DSOT - Direção Serviços Ordenamento do Território	354 435,54	354 435,54	321 879,62	321 879,62	7 053,27	6 384,70	(315 494,92)
DSF - Direção Serviços de Fiscalização	101 617,37	101 617,37	91 478,40	91 478,40	0,00	0,00	(91 478,40)
DSDR - Direção Serviços Desenvolvimento Regional	329 784,06	329 784,06	304 323,08	304 323,08	0,00	0,00	(304 323,08)
DSAJAL - Direção Serviços Apoio Jurídico e Administração Local	507 522,07	507 522,07	463 597,39	463 597,39	(69 028,14)	(3 279,14)	(466 876,53)
DSA - Direção de Serviços Ambiente	411 984,45	411 984,45	371 579,30	371 579,30	1 599 094,31	1 600 815,86	1 229 236,56
DSCGAF - Direção Serviços Comunicação e Gestão Administrativa Financeira	883 204,43	944 258,81	655 010,38	655 010,38	4 763 696,97	2 376 173,30	1 721 162,92
GABOOM - Gabinete de Comunicação	118 097,52	118 097,52	106 851,02	106 851,02	0,00	0,00	(106 851,02)
DCP - Divisão de Cooperação e Promoção	63 705,12	63 705,12	54 908,98	54 908,98	0,00	0,00	(54 908,98)
DSIG - Divisão de serviços de informação geográfica	127 512,36	127 512,36	115 811,25	115 811,25	0,00	0,00	(115 811,25)
SSB - Serviços Sub-Regionais de Beja	227 385,55	227 385,55	211 504,50	211 504,50	13 579,79	12 431,11	(199 073,39)
SSP - Serviços Sub-Regionais de Portalegre	153 814,57	153 814,57	140 627,02	140 627,02	11 384,71	8 981,17	(131 645,85)
SSL - Serviços Sub-Regionais do Litoral	80 884,88	80 884,88	73 491,62	73 491,62	2 662,97	2 662,97	(70 828,65)
<b>Sub-total</b>	<b>3 574 931,74</b>	<b>3 635 986,12</b>	<b>3 105 785,37</b>	<b>3 105 785,37</b>	<b>6 328 443,88</b>	<b>4 004 169,97</b>	<b>898 384,60</b>

Considerando a repartição analítica efetuada, apesar de se reconhecer melhorias necessárias à informação para maior fiabilidade da mesma, a despesa processada com projetos, conforme Tabela 34, totaliza cerca de 2.960 mil euros.

Tabela 34 - Contabilidade de Gestão - Projetos

Centro de Custo	Despesa				Receita		Saldo em Tesouraria
	Cabimentado	Comprometido	Processado	Pago	Liquidado	Recebido	
<b>Projetos</b>							
AURORAL - AURORAL	139 913,67	139 913,67	133 233,64	133 233,64	152 323,31	0,00	(133 233,64)
AT Interrég	54 327,88	54 327,88	53 122,67	53 122,67	8 332,00	8 332,00	(44 790,67)
AT/AG - Autoridade de Gestão do Programa Operacional	2 170 538,36	2 205 110,50	2 157 795,78	2 157 795,78	1 500 275,92	2 711 619,77	553 823,99
AT/OADR - Orgão de Acompanhamento das Dinâmicas Regionais	74 827,69	74 827,69	74 692,95	74 692,95	0,00	0,00	(74 692,95)
ATLAZUL/4 - Governança azul	7 647,43	7 647,43	7 073,00	7 073,00	6 860,07	6 860,07	(212,93)
Capacitação/MA - Mobilidade e Acessibilidade	47 322,54	46 789,95	46 789,95	46 789,95	49 720,13	49 720,13	2 930,18
Capacitação/SIPD - Segurança da Informação e Proteção de Dados	12 844,06	12 844,06	12 844,06	12 844,06	0,00	0,00	(12 844,06)
CircPro - Smart Circular Procurement	44 973,06	44 973,06	42 728,99	42 728,99	10 210,98	10 210,98	(32 518,01)
DECISO - DECISO - Developers of Circular Solutions	36 566,95	36 566,95	23 232,39	23 232,39	24 970,12	0,00	(23 232,39)
ERAACA - Estratégia Regional de Adaptação às Alterações Climáticas no Alentejo	160 429,21	160 429,21	160 429,21	160 429,21	112 964,19	112 964,19	(47 465,02)
GITEUROAAA	33 854,39	33 854,39	33 854,39	33 854,39	0,00	0,00	(33 854,39)
GITEUROACE	49 115,51	49 115,51	42 817,91	42 817,91	27 565,32	27 565,32	(15 252,59)
Guardiões - Projeto Guardiões	16 712,09	16 712,09	15 058,43	15 058,43	2 023,27	2 023,27	(13 035,16)
Qualifica - Programa Qualifica AP	126 375,78	118 375,78	101 448,33	101 448,33	218 421,47	58 486,57	(42 961,76)
Rede/ASIG - Rede para o Acesso aos Serviços de Interesse Geral	40 922,47	40 922,47	39 937,47	39 937,47	39 267,55	39 267,55	(669,92)
Rede/PQCA - Rede para a Promoção da Qualificação e do Conhecimento no Alentejo	9 764,28	9 764,28	9 133,44	9 133,44	15 055,39	15 055,39	5 921,95
SAMA - SAMA - Formação de Trabalhadores da Administração Pública	4 364,47	4 364,47	2 964,45	2 964,45	0,00	0,00	(2 964,45)
<b>Sub-total</b>	<b>3 030 499,84</b>	<b>3 056 539,39</b>	<b>2 957 157,06</b>	<b>2 957 157,06</b>	<b>2 167 989,72</b>	<b>3 042 105,24</b>	<b>84 948,18</b>

A CCDR Alentejo, I.P., no âmbito de alguns financiamentos, assume o papel de beneficiário intermediário, como é caso dos três financiamentos explicitados na Tabela 35.

Tabela 35 - Contabilidade de Gestão - Beneficiário Intermediário

Centro de Custo	Despesa				Receita		Saldo em Tesouraria
	Cabimentado	Comprometido	Processado	Pago	Liquidado	Recebido	
<b>Beneficiário Intermediário</b>							
PRR (AAE) - Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE)	0,00	0,00	0,00	0,00	6 782 307,00	3 466 843,50	3 466 843,50
PRR - Ponte Internacional sobre o Rio Sever	192 016,83	192 016,83	116 239,83	116 239,83	237 277,19	237 277,19	121 037,36
PRR Rotunda - Áreas de Acolhimento Empresarial - Rotunda na EN246							
<b>Sub-total</b>	<b>192 016,83</b>	<b>192 016,83</b>	<b>116 239,83</b>	<b>116 239,83</b>	<b>7 019 584,19</b>	<b>3 704 120,69</b>	<b>3 587 880,86</b>

No entanto, existem outras despesas e receitas que são transversais e, por isso, estão imputadas a centros de custo mais genéricos, evidenciados na Tabela 36.

Tabela 36 - Contabilidade de Gestão - Outros

Centro de Custo	Despesa				Receita		Saldo em Tesouraria
	Cabimentado	Comprometido	Processado	Pago	Liquidado	Recebido	
<b>Outros</b>							
EG/ARH - Administração Região Hidrográfica Alentejo	0,00	0,00	0,00	0,00	15 991,48	15 991,48	15 991,48
OD - Outras Despesas	408 783,59	400 741,21	390 743,34	390 743,34	0,00	0,00	(390 743,34)
<b>Sub-total</b>	<b>408 783,59</b>	<b>400 741,21</b>	<b>390 743,34</b>	<b>390 743,34</b>	<b>15 991,48</b>	<b>15 991,48</b>	<b>(374 751,86)</b>

Em suma, e considerando que o processo carece de melhorias, verifica-se que nem toda a receita e despesa se encontra imputada em termos analíticos, o que inviabiliza grandes conclusões, mas propicia traçar estratégias para melhoria da informação. Há também que evidenciar necessidade de verificação do sistema, pois todos os processos que envolvam contabilidade de gestão carecem de ser classificados obrigatoriamente, incluindo estornos, reposições, correções, entre outros, de forma que a informação sinalizada da Tabela 37 como “não imputado” seja nula, pois verifica-se que existem valores que não foram devidamente processados em termos (e só) da contabilidade analítica.

Tabela 37 - Contabilidade de Gestão - Resumo

Centro de Custo	Despesa				Receita		Saldo em Tesouraria
	Cabimentado	Comprometido	Processado	Pago	Liquidado	Recebido	
<b>Estrutura Orgânica</b>							
Projetos	3 574 931,74	3 635 986,12	3 105 785,37	3 105 785,37	6 328 443,88	4 004 169,97	898 384,60
Beneficiário Intermediário	3 030 499,84	3 056 539,39	2 957 157,06	2 957 157,06	2 167 989,72	3 042 105,24	84 948,18
Outros	192 016,83	192 016,83	116 239,83	116 239,83	7 019 584,19	3 704 120,69	3 587 880,86
<b>Não imputado</b>							
	408 783,59	400 741,21	390 743,34	390 743,34	15 991,48	15 991,48	(374 751,86)
	(523 355,82)	(612 639,34)	22 505,18	22 505,18	(5 733 208,15)	(967 586,26)	(990 091,44)
<b>Sub-total</b>	<b>6 682 876,18</b>	<b>6 672 644,21</b>	<b>6 592 430,78</b>	<b>6 592 430,78</b>	<b>9 798 801,12</b>	<b>9 798 801,12</b>	<b>3 206 370,34</b>

## **8. LCPA – Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso**

A Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), estabelece as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas. O objetivo primordial desta lei é o controlo da execução orçamental e, em particular, da despesa pública constituindo um elemento crítico para garantir o cumprimento das metas orçamentais.

Durante o período em análise do ano de 2023 a CCDRA deu cumprimento a esta obrigação, quer pela adoção de práticas e procedimentos necessários à execução orçamental que antes se reportou, quer ainda pelo facto de não se verificarem pagamentos em atraso.

## **9. Factos ocorridos após o termo do exercício**

As demonstrações orçamentais, financeiras e de gestão são aprovadas pelo Conselho Diretivo da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, IP, com a composição à data da aprovação.

Não se verificaram factos ocorridos após o termo do exercício que afetem as referidas demonstrações financeiras entre a data de encerramento do exercício e a data da sua aprovação.

Apenas referir que a conhecida mudança substantiva ocorrida ao nível do regime jurídico da CCDR Alentejo, com a sua passagem a I.P. e o alargamento de competências inerentes a esta mudança, conduz a novos e exigentes métodos de trabalho e procedimentos internos a que o Conselho Diretivo está a avaliar e a decidir em conformidade.

## 11. Proposta de Aplicação de Resultados

Propõe-se que o resultado líquido do período, positivo, no montante **2.457.941,56€**, seja transferido para a conta 56 - Resultados Transitados.

O Conselho Diretivo  
(órgão máximo à data da aprovação da conta de gerência)  
**O Presidente**

*António Ceia da Silva*

**A Vice-Presidente**

**O Vice-Presidente**

*Carmen de Jesus Geraldo Carvalheira*

*Aníbal Sousa Reis Coelho da Costa*

**O Vice-Presidente**

**A Vice-Presidente**

*José Domingos Negreiros Velez*

*Ana Paula Ramalho Amendoeira*